

Pensamento e Batalha

Camillo
Berneri



Porto Alegre, 2009.

Tradução, revisão e diagramação: Evandro Couto.

Capa: Oficina de Artes Gráficas Polidoro Santos

Impressão: Edições Combate. Publicações e áudio-visual.

Distribuição: combate@bastardi.net



*O anarquismo é o viajante que
vai pelos caminhos da história,
e luta com os homens tais como
são e constrói com as pedras
que lhe proporciona sua época.*

ÍNDICE

Apresentação.....	5
Camillo Berneri, intelectual anarquista.....	7
Consciência de partido.....	15
O marxismo e a abolição do Estado.....	17
O Estado e as classes.....	22
A abolição e a extinção do Estado.....	31
A ditadura do proletariado e o socialismo de estado.....	35
Carta aberta a companheira Federica Montseny.....	38
Cretinismo anarquista.....	44
Sovietismo, anarquismo e anarquia.....	46
Anarquismo e política.....	51

APRESENTAÇÃO.

Camillo Berneri, ilustre desconhecido desses nossos tempos de luta, de nossa geração, é o que publicamos aqui com ganas de fazer justiça tirando da poeira o pensamento e a batalha deste inesquecível companheiro anarquista. Junto de Malatesta, Fabbri e outros mais, foi uma figura avançadíssima do anarquismo internacional. Pertencente a formação militante mais crítica e lúcida do comunismo anarquista que se deu na Itália das primeiras décadas do século XX, foi um pensador afiado da atualização teórica que reivindicava para o projeto libertário e um combatente sem tréguas das lutas de classe e da resistência ao fascismo. Durante sua vida no país, esteve integrado na União Anarquista Italiana, *persona non grata* pelo fascismo, emigrou pela Europa sem descanso e acabou nas filas da Revolução Espanhola, combatendo com o fogo e a palavra.

Engajado nos problemas sociais-históricos concretos de sua realidade Berneri enfrentou-se com o dogmatismo, o purismo e outros vícios mais que debilitavam o campo libertário, deu polêmica a altura com a estratégia bolchevique que disputava o movimento operário, foi um ativo militante da concepção de um anarquismo com protagonismo nas massas e forte politicamente.

Por essas e outras que o publicamos, fazemos o leitor conhecer nesta curta publicação um pouco de sua história e de suas idéias combatentes, para marcar sua vigência nas lutas pelo socialismo e a liberdade.

CAMILLO BERNERI, INTELECTUAL ANARQUISTA.

Carlos M. Rama

Berneri, que tinha se iniciado nas idéias sociais ao ingressar no partido socialista italiano em 1912, que tinha iniciado seu labor como periodista quando tinha apenas 17 anos, e que levado pela remoção provocada pela Primeira Guerra Mundial, havia adotado o campo dos contrários na Intervenção da Itália no conflito, e mais tarde aderido a causa da Revolução Russa de 1917, terminará por se incorporar ao movimento libertário.

Seu discipulado anarquista com Errico Malatesta e Luigi Fabbri, é simultâneo a seus estudos universitários na Universidade de Florência, onde se doutora sob a direção do grande historiador e destacado homem público Gaetano Salvemini. Será acompanhando-lo que se inicia na luta clandestina antifascista, para resistir ao ascendente império mussoliniano desde 1922.

Essa dupla vertente é bem característica de sua personalidade, em que levado por sua atitude moral e política participa da vida pública como revolucionário e antifascista, mas ao mesmo tempo nunca deixa de ser um universitário, um intelectual humanista. É exato que em Camillo Berneri se poderia exemplificar o caso do intelectual revolucionário, do militante de cepa universitária, do homem comprometido, fiel ao mesmo tempo ao nível superior de cultura de sua formação vital.

Seus numerosos livros, folhetos e artigos (que poderiam sobradamente se albergar em uns 15 ou 20 volumes), tratam temas de política imediata, (e até de tática e estratégia revolucionária), mas mais amiúde versam sobre a história das idéias, sobre a sociologia do trabalho, sobre sociologia religiosa, e incluso sobre psicoanálise, sexualidade, antropologia cultural, etc. etc. Exilado desde 1926 viverá

na França, Bélgica, Holanda e Luxemburgo uma existência azarosa em que as perseguições mussolinianas lhe levarão aos cárceres, e aos estrados judiciais, suscitando campanhas solidárias em toda Europa, incluindo Espanha. Também será este um tempo de miséria, em que o proscrito se desempenhará amiúde como operário manual, apesar de seus diplomas e méritos intelectuais.

Camillo Berneri e Espanha

Durante essa etapa que vai de 1926 a 1936 Camillo Berneri se interessa pelo tema espanhol, e por sua vez começa a ser conhecido na Espanha através da imprensa libertária. Na “Revista Blanca” de Barcelona dos Urales encontramos repetidas mostras de sua colaboração abordando temas como a questão agrária, a relação entre o trabalho manual e o intelectual, etc., mas mais que tudo denunciando de forma argumentada o horror do fascismo italiano. Também na mesma revista barcelonesa - e um pouco em toda a imprensa afim - se faz campanha para defender seu direito a vida e a liberdade, quando é posto em prisão e julgado por “conspiração contra um governo estrangeiro”, como então se dizia.

Simultaneamente, Camillo Berneri edita, primeiro em Paris e depois em Bruxelas, o periódico *Guerra di Classe*, órgão da União Sindical Italiana, central anarcosindicalista filiada na Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT) e portanto equivalente da espanhola Confederação Nacional do Trabalho (CNT).

Nesse período, por sua vez, Berneri e seus camaradas, fazem campanha a favor do grupo anarquista “Los solidarios” então enjuizado em Paris, e dão a conhecer aos trabalhadores italianos expatriados os problemas que afronta a Espanha ao final da ditadura de Primo de Rivera e nos primeiros tempos da Segunda República. Era grande a simpatia e a solidariedade que os revolucionários italianos antifascistas sentiam pela causa popular espanhola, e grandes as esperanças que faziam sobre seu triunfo, que poderia ser decisivo na batalha mundial que se livrava no mundo contra o fascismo internacional. Quando se produzem as históricas jornadas eleitorais de 1936 em que disputaram o governo da República as coalizões rivais da esquerda e da direita, agrupadas respectivamente na Frente Popular e na CEDA, estes problemas foram considerados quase como próprios por milhões de europeus e em particular pelos militantes e periodistas politicamente comprometidos. Como é notório, dentro do movimento libertário espanhol se viveu no período eleitoral de 1936 uma conjuntura muito particular, quando a corrente proletária se inclinava a participar a favor dos candidatos da Frente Popular, que incluíam em seu programa a libertação dos milhares de presos políticos detidos por ocasião dos sucessos de outubro de 1934. Personalidades

como Diego Abad de Santillán, os Ascaso e muitos outros eram partidários de que a CNT não fizesse propaganda abstencionista - como a que tinha feito em 1933 - e nos fatos favoreciam a participação nas eleições a favor dos candidatos da esquerda.

Naturalmente, no seio do cenetismo não faltava quem como Eusebio Carbó, Liberto Callejas, José Peirats, mantivesse a posição clássica e ortodoxa hostil a qualquer intervenção no plano eleitoral, e a polêmica se manifestou na preparação do histórico congresso extraordinário de Zaragoza. Com efeito, em maio de 1936, ou seja poucos dias depois de cumprida a etapa eleitoral, que vai de 9 de fevereiro a 3 de maio, se reunirão na capital aragonesa os representantes dos sindicatos cenetistas e “treintistas” para proceder a sua reunificação, e a tônica é respaldar as definições do “comunismo libertário”. Essa polêmica se estende ao exterior por óbvias razões, e inicia em certa medida toda uma época de tensões ideológicas no seio do movimento anarquista, que vê desafiados seus princípios tradicionais em matéria de Estado, Governo, poder e métodos políticos representativos.

Primeira polêmica entre Berneri e Montseny

Beneri se sente obrigado assim mesmo a participar, como fazem muitos dos principais ideólogos do anarquismo internacional, entre os que se destacam por exemplo os franceses Sebastián Faure, o Dr. Pierrot, Paul Reclus, Gaston Leval. Contestam-lhe na Espanha autores como Isaac Puente, Amparo Poch, Eusebio Carbó e Federica Montseny, e o episódio é interessante porque precede em poucas semanas a instância de julho de 1936 e o ingresso dos anarquistas em postos ministeriais de Madri e Barcelona. As opiniões de Camillo Berneri foram expostas no periódico anarquista italiano de Nova Iorque “L’Adunata dei Refrattari”, e em espanhol se difundiram de Barcelona em uma pesquisa que promoveu sobre o tema a publicação dirigida por Eusebio Carbó, *Más lejos*.

“*Creio - diz Berneri - que se pode por em dúvida a utilidade da propaganda abstencionista em período eleitoral. Eu sempre me abstive de fazê-la. Mas a maioria dos anarquistas italianos sempre escolheu o período eleitoral para sua propaganda abstencionista. No entanto, no curso das eleições políticas de 1921, abandonaram a habitual campanha abstencionista devido a que os fascistas e as forças policíacas ameaçavam e violentavam os eleitores e os candidatos de esquerda [1] ”.*

Entrando no caso espanhol de 1936, sobre o qual adverte “Eu não posso, já que faltam muitos elementos de juízo para isso, julgar o movimento espanhol, mas estimo de utilidade comunicar minhas impressões”, sua opinião é a seguinte:

“Segundo pude compreender, frente as eleições passadas, tomando em conta a excepcionalidade da situação, surgiu uma corrente favorável a moderar a propaganda abstencionista. Essa corrente teria se pronunciado no sentido de deixar livres os trabalhadores da CNT para intervir ou não nas eleições. Se é assim como se produziram as coisas, estimo que aquela corrente demonstrou uma notável inteligência política, na condição de que não ache que o triunfo eleitoral do bloco de esquerda constitui por si mesmo um passo até a revolução social, em vez de significar, como significa, se apartar de um “imediate” perigo fascista.”

A *Revue Anarchiste* de Paris, em fevereiro, pouco antes das eleições, dirigia uma mensagem à FAI e à CNT aconselhando “a astúcia” e “os meios legais”. “Eu não teria chegado a tais extremos. Se tivesse me encontrado na Espanha, teria aconselhado para a FAI uma atitude rigorosamente abstencionista apoiando a corrente favorável a deixar liberdade de ação aos aderentes da CNT.”

Daí passa a se colocar o problema teórico do exercício do poder, destacando que os anarquistas são anarquistas precisamente porque negam o poder político, e, se há escrúpulos pra vencer são aqueles que derivam da infiltração individualista ou das infiltrações autoritárias que tem operado em nossa ideologia a mercê da propaganda de alguns pseudo-anarquistas.

Conclui de uma maneira quase profética afirmando que “Mais que discutir, em abstrato, o problema da intervenção dos anarquistas nos conselhos operários e camponeses e nas Comunas federadas, considero necessário um exame sério das experiências que oferecem as revoluções européias - particularmente a russa e a húngara -, o enfoque sistemático dos problemas particulares da revolução espanhola e uma elaboração realista daqueles elementos que constituem, em linhas gerais, o programa comunista libertário espanhol, programa que deveria ser compreensível incluso para aqueles espanhóis não influídos por nossas propagandas. “O movimento anarquista ibérico - conclui - tem tanto mais o dever de elaborar um programa viável no marco econômico-social da “próxima” revolução espanhola quanto que pode ser chamado a desempenhar o papel de vanguarda de vastas correntes populares e de uma potente organização sindical como a CNT.”

Isto aparece em abril de 1936, e efetivamente três meses mais tarde se cumpre a augurada “próxima” revolução espanhola... onde o problema revolucionário por excelência no seio da corrente libertária espanhola não estava claro nem sequer no nível de seus máximos dirigentes.

Federica Montseny, nesta ocasião, apelou à ortodoxia e à fidelidade, aos princípios e em certa medida adiantou as conclusões do Congresso de Zaragoza.

Beneri na Espanha

No dia 29 de julho de 1936, transcorrido apenas onze dias do estouro do movimento militar, Camillo Berneri e um punhado de anarquistas italianos residentes na França chegam a Espanha para defender a causa popular em todos os planos.

Estes voluntários italianos, animados de um verdadeiro espírito garibaldino, formarão a primeira unidade combatente de estrangeiros com que conta a República. Seu batismo de fogo o terão no combate de Monte Pelado nas aforas de Huesca, no dia 28 de agosto de 1936, onde nosso personagem, que não é justamente um homem de condições militares, tem um comportamento não menos heróico que outros voluntários italianos, entre os quais estão, tão famosos como Randolfo Pacciardi (do partido republicano) e os irmãos Rosselli (do grupo socialista “Giustizia e Liberta”).

Será Berneri o primeiro comissário que tem a coluna italiana, que se incorpora a Coluna Ascaso da frente de Aragón, formada pelo Comitê de Milícias de Barcelona, em que a participação confederal é decisiva.

Mas logo Berneri, agora em Barcelona, passa a se converter no personagem intelectual principal das forças italianas de voluntários favoráveis a República. Edita desde outubro seu periódico “Guerra di classe”, toma a seu cargo as emissões em italiano que difunde a rádio da CNT da sua sede central de Vía Layetana, e é conselheiro principalíssimo da Associação Internacional de Trabalhadores sobre o tema espanhol. Seus textos em castelhano aparecem em “Tierra y Libertad, Solidaridad Obrera, Estudios, Nosotros”, todas elas publicações editadas na zona republicana, aparte de numerosos periódicos dos EUA, América Latina e Europa Ocidental.

Lidos correlativamente, estes escritos nos permitem vê-lo tomando consciência da problemática espanhola em profundidade, e gradualmente fazendo-se mais crítico das soluções políticas adotadas pelo executivo da CNT- FAI.

A segunda polêmica com Montseny

Agora podem ser analisados e estudados melhor esses textos, mas desde sua aparição mesma se deu uma grande importância ao editorial de “Guerra di Classe” do dia 14 de abril de 1937 intitulado “Carta aberta à companheira Federica Montseny”, que em certo sentido inicia pela segunda vez uma polêmica entre ambos, que por então não responde a Ministra da República.

As teses críticas de Berneri não somente frente a Federica Montseny, mas

frente ao secretário da CNT Horacio M. Prieto que tinha levado adiante o colaboracionismo governamental e a dissolução do Comitê de Milícias da Catalunha, eram de forma resumida as seguintes :

1. A guerra civil espanhola não é uma guerra civil nacional, “mas uma guerra civil internacional, e portanto são decisivos os fatores externos e a política internacional” [2]

2. “A guerra civil espanhola é um caso de guerra de classes e, neste contexto, do mesmo modo que a burguesia clerical-militar-fascista está representada em Burgos, dentro da Espanha republicana tem que se distinguir a luta do proletariado (que encabeçam a CNT-FAI e a elite revolucionária do PSOE e do POUM) da pequena burguesia contrarrevolucionária. Ainda que antifascista. Agrupada na social-democracia, no PC e nos partidos republicanos e regionalistas.

3. Por consequência, e para assegurar a vitória, é necessário coletivizar a grande e mediana indústria, mas respeitando a pequena propriedade privada, assegurando assim a aliança com os antifascistas sinceros.

4. Não se pode separar a causa da guerra antifascista da revolução social. A única alternativa é esta: vitória contra Franco por meio da guerra revolucionária ou a derrota, são suas palavras. Tem que ser recobrado o espírito de 18 de julho, de participação popular em defesa das conquistas sociais revolucionárias.

5. Como consequência é contrário a participação confederal no governo, ainda que admite um Comitê Nacional de Defesa e o apoio ao Estado. Reclama que a guerra seja levada de forma revolucionária, e até que os comitês da CNT corrijam sua bolchevização e paternalismo, consultando as massas como corresponde.

Termina sugerindo a Federica Montseny que abandone o governo, e use suas capacidades de oradora nas frentes e na retaguarda, levando a palavra da CNT ao povo.

Os acontecimentos de Maio

Como é sabido, as opiniões de Camillo Berneri não foram tomadas em conta e o movimento confederal, junto com o POUM e a direção largocaballerista do PSOE se viu empurrada ao beco sem saída dos acontecimentos de maio de 1937, dos que em definitivo resultará a caída do governo com os quatro ministros anarquistas.

Hoje já é possível reconstruir a posição de Berneri nos acontecimentos de maio. Não foi partidário do enfrentamento, e até preparou um projeto de manifesto de concórdia revolucionária. Ainda iniciada a luta não deixou de ler seu texto de

homenagem a memória de Antônio Gramsci, que tinha falecido em 27 de abril. Leva a cabo uma argumentada defesa do POUM, e ante tudo não participa nas lutas de rua. No entanto, em maio encontrará a morte assassinado por uma patrulha de forma premeditada, e sem que até a data se saiba exatamente quem ordenou sua execução [3].

Convertido em um tipo de mártir do anarquismo, o fato provocou um renovado interesse em seus escritos, onde se procuram encontrar diversas explicações sobre seu misterioso assassinato.

A partir da libertação da França em 1945, e pela mesma época na Itália, se reeditam seus trabalhos, agora em francês, italiano e espanhol, que alcançam logo numerosas publicações. Dentro da Espanha franquista é um autor difundido pelos movimentos “subversivos” que procuram reconstruir o anarquismo de 1936. Uma das últimas edições de “Entre la guerra y las trincheras” (textos de “Guerra di classe”) estará a cargo do MIL de Puig Antich, executado no final do franquismo em Barcelona.

Por então já pertence mais a legenda que a história, mas está em tempo de recobrá-lo em todas suas dimensões como militante político, como escritor revolucionário e até como estudioso dos problemas espanhóis do século XX. Que tenha medido por duas vezes seus argumentos com Federica Montseny, é um dado que deve ser considerado, tendo em conta a importância simbólica da “faixa” espanhola em 1936-1937.

NOTAS:

[1] Corresponde a Debates Públicos, As pesquisas de *Más lejos*, O abstencionismo eleitoral, A tomada e o exercício do Poder. Falam os Camaradas C. Berneri e Dr. Pierrot publicado na pág. 1 do número do citado periódico de 16 de abril de 1936 em Barcelona. (Nota do Autor)

[2] Temos estabelecido este resumo desenvolvendo as idéias de Noam Chomsky, nas páginas 28 e 29 do citado ensaio Camilo Berneri e a revolução espanhola, incluído na o. c. *Guerra de clases en España, 1936-1937*. (N.A.)

[3] Se aponta a GPU (polícia secreta estalinista) com a cumplicidade dos catalanistas liderados por Companys e Terradellas. (Nota do Tradutor)

Texto extraído de:
Camillo Berneri, guerra de clases en España, 1936-1937,
Barcelona, Tusquets. 1977.

CONSCIÊNCIA DE PARTIDO.

Camillo Berneri

Somos imaturos. Demonstra o que tenha discutido a **União Anarquista** fazendo sutilezas sobre as palavras **partido, movimento**, sem entender que a questão não é de forma senão de substância, e que o que nos falta não é a exterioridade do partido mas a consciência de partido.

Que entendo por consciência de partido?

Entendo algo mais que o fermento passional de uma idéia, que a genérica exaltação de ideais. Entendo o conteúdo específico de um programa partidário. Estamos desprovidos de consciência política no sentido que não temos consciência dos problemas atuais e continuamos difundindo soluções adquiridas em nossa literatura de propaganda. Somos utópicos e basta. Que tenha editores nossos que sigam reeditando os escritos dos mestres sem agregar nunca uma nota crítica demonstra que nossa cultura e nossa propaganda estão em mãos de gente que tenta manter em pé o próprio palanque em vez de empurrar o movimento a sair do já pensado para se esforçar na crítica, no que está por se pensar. Que haja polemistas que tentem engarrifar o adversário em vez de buscar a verdade, demonstra que entre nós há maçons, em sentido intelectual. Agregamos os grafômanos para quem o artigo é um desafogo ou uma vaidade e teremos um conjunto de elementos que estorvam o trabalho de renovação iniciado por um punhado de independentes que prometem.

O anarquismo deve ser amplo em suas concepções, audaz, insaciável. Se quer viver e cumprir sua missão de vanguarda deve se diferenciar e conservar alta sua bandeira ainda que isto possa lhe isolar no restrito círculo dos seus. Mas esta especificidade de seu caráter e de sua missão não exclui uma maior incrustação

de sua ação nas fraturas da sociedade que morre e não nas construções apriorísticas dos arquitetos do futuro. Igual que nas investigações científicas a hipótese pode iluminar o caminho da indagação mas apaga essa luz quando resulta falsa, o anarquismo deve conservar aquele conjunto de princípios gerais que constituem a base de seu pensamento e o alimento passional de sua ação, mas deve saber afrontar o complicado mecanismo da sociedade atual sem óculos doutrinários e sem excessivos apegos a integridade de sua fé (...)

Chegou a hora de acabar com os farmacêuticos das formulinhas complicadas que não vêm mais além de seus tarros cheios de fumo; chegou a hora de acabar com os charlatães que embriagam o público com belas frases altissonantes; chegou a hora de acabar com os simplórios que tem três ou quatro idéias cravadas na cabeça e exercem como vestais do fogo sagrado do Ideal distribuindo excomunhões (...)

O que tenha um grão de inteligência e de boa vontade que se esforce com seu próprio pensamento, que trate de ler na realidade algo a mais do que lê nos livros e periódicos. Estudar os problemas de hoje quer dizer erradicar as idéias não pensadas, quer dizer ampliar a esfera da própria influência como propagandista, quer dizer fazer dar um passo adiante, inclusive um bom salto de longitude, nosso movimento.

É preciso buscar as soluções se enfrentando com os problemas. É preciso que adotemos novos hábitos mentais. Igual que o naturalismo superou a escolástica medieval lendo o grande livro da natureza em vez dos textos aristotélicos, o anarquismo superará o pedante socialismo científico, o comunismo doutrinário fechado em suas casinhas apriorísticas e todas as demais ideologias cristalizadas.

Eu entendo por anarquismo crítico um anarquismo que, sem ser cético, não se contente com as verdades adquiridas, com as fórmulas simplistas; um anarquismo idealista e ao mesmo tempo realista; um anarquismo, em definitivo, que enxerte verdades novas no tronco de suas verdades fundamentais, que saiba podar os ramos velhos.

Não é um trabalho de fácil demolição, de niilismo hiper-crítico, senão de renovação que enriqueça o patrimônio original e lhe agregue forças e belezas novas. Este trabalho temos de fazer agora, porque amanhã deveremos reemprender a luta, que não encaixa bem com o pensamento, especialmente para nós que nunca podemos nos retirar dos pavilhões quando recrudescer a batalha.

O MARXISMO E A ABOLIÇÃO DO ESTADO.

No ambiente da emigração italiana, faz algum tempo, e com frequência, se ouve os anarquistas, durante as reuniões públicas, ou em discussões amistosas, atribuir ao marxismo uma tendência de estadolatria, que se encontra com efeito em algumas das correntes da socialdemocracia que se reclamam do marxismo, mas que não se constata, sem dúvida, quando se vai diretamente à origem do socialismo marxista.

Marx e Engels profetizaram claramente a desapareição do Estado, e isto explica a possibilidade que existiu no seio da Primeira Internacional de uma convivência política entre socialistas marxistas e socialistas bakuninistas, convivência que teria sido impossível sem aquela coincidência básica.

Marx escrevia em *A miséria da filosofia*:

“A classe trabalhadora substituirá no curso de seu desenvolvimento a antiga sociedade por uma associação que excluirá as classes e seu antagonismo. Já não haverá poder político propriamente dito, pois o poder político é precisamente o resumo oficial do antagonismo na sociedade civil.”

Engels, por sua parte, afirmava no *Anti-Dühring* que:

“O Estado desaparecerá inevitavelmente junto com as classes. A sociedade, que reorganiza a produção sobre a base da associação livre de todos os produtores em pé de igualdade, relegará a máquina governativa ao posto que lhe corresponde: o museu de antiguidades, junto à roda e o machado de bronze”.

E Engels não diferia a extinção do Estado de uma fase final da civilização, senão que a apresentava estreitamente vinculada a revolução social, e como sua inevitável consequência. Em 1847 escrevia em um de seus artigos:

“Todos os socialistas estão de acordo em pensar que o Estado e a autoridade política desaparecerão como resultado da futura revolução social, o que significa que as funções públicas perderão seu caráter político e se transformarão em simples funções administrativas, de supervisão dos interesses locais”.

Os marxistas identificam o Estado com o governo, e frente a eles antepõem um “sistema em que o governo dos homens será substituído pela administração das coisas”, sistema que para Proudhon constitui a anarquia.

Lenin, em *O Estado e a Revolução* (1917), volta a confirmar o conceito da desapareição do Estado, quando afirma: “*Quanto a supressão do Estado como meta, nós (os marxistas) não nos diferenciamos, neste ponto, dos anarquistas*”.

É difícil descriminar o caráter tendencioso, da tendência desta afirmação, dado que Marx e Engels estavam em luta com a forte corrente bakuninista, e que Lenin em 1917 considerava necessária politicamente uma aliança entre bolcheviques e socialistas de esquerda revolucionária, influenciados pelo maximalismo e os anarquistas. Parece certo, contudo, que não excluindo a tendenciosidade da forma e do momento em que se formula dita afirmação, esta respondia a uma tendência real. A afirmação referente a extinção do Estado está unida, muito intimamente a concepção marxista da natureza e a origem do Estado, e incluso deriva necessariamente dela como para lhe atribuir um caráter absolutamente oportunista.

O que é o Estado para Marx e para Engels? Um poder político ao serviço da conservação dos privilégios sociais da exploração econômica.

No prefácio da terceira edição da obra de Marx *A guerra civil na França*, Engels escrevia:

“Segundo a filosofia hegeliana, o Estado é a realização da Idéia, esta, em linguagem filosófica, o reino de Deus sobre a terra, o domínio onde se realiza ou deve se realizar a verdade eterna, e a eterna justiça. Daí o respeito supersticioso frente ao Estado e de tudo o que se refere a ele, respeito que se instala mais facilmente nos espíritos que estão habituados a pensar que os assuntos e intereses gerais de toda a sociedade não podem ser regulados

de forma distinta a como se tem feito até o presente, isto é, por obra do Estado e sob suas ordens, devidamente instrumentalizadas. E já se acha haver feito um progresso verdadeiramente audaz quando se liberta da crença na monarquia hereditária para jurar sob a república democrática. Mas, na realidade, o Estado não é outra coisa que uma máquina de opressão de uma classe sobre outra, seja em uma república democrática, como em uma monarquia, e o mínimo que pode se dizer é que é um flagelo, que o proletariado herdará em sua luta para chegar a seu domínio de classe, mas o qual deverá, como tem feito a Comuna, e na medida do possível, atenuar seus efeitos mais nocivos, até o dia em que uma geração crescida em uma sociedade de homens livres e iguais poderá se desembaraçar do fardo do governo”.

Marx (*Miséria da filosofia*) diz que, realizada a abolição das classes, “já não haverá poder político propriamente dito, pois o poder político é precisamente a expressão oficial do antagonismo na sociedade burguesa”

Que o Estado se reduza ao poder repressivo sobre o proletariado, e ao poder conservador frente a burguesia, é uma tese parcial, seja que se examine o Estado estruturalmente ou em seu funcionamento. Ao governo dos homens se associa, no Estado, a administração das coisas, e esta segunda atividade é a que lhe assegura sua permanência. Os governos mudam, mas o Estado permanece. E o Estado não tem sempre funções de poder burguês, como quando impõe leis, promove reformas, cria instituições contrárias aos interesses das classes privilegiadas e sua clientela, mais favoráveis aos interesses do proletariado. O Estado além do mais não é só o gendarme, o juiz, o ministro. É também a burocracia, *potent*, muito mais que o governo. O Estado fascista é na atualidade algo mais complexo que um órgão de polícia e que um gerente dos interesses burgueses, porque ligado por um cordão umbilical ao conjunto dos quadros políticos e corporativos tem interesses próprios, nem sempre e nunca inteiramente coincidentes com a classe que tem levado o fascismo ao poder, e a quem o fascismo serve para conservar o poder.

Marx e Engels estavam enfrentados com a fase burguesa do Estado, e Lenin tinha frente a si o Estado russo, em que o jogo democrático era inexistente. Todas as definições marxistas do Estado dão uma impressão de parcialidade e o quadro do Estado contemporâneo não pode entrar no marco das definições tradicionais.

Incluso é parcial a teoria sobre a origem do Estado, formulada por Marx e Engels. Exposta com palavras de Engels: “Ao chegar a certa etapa do desenvolvimento econômico, que está ligada necessariamente a divisão da

sociedade em classes, esta divisão fez necessária o Estado. Agora nos aproximamos a grandes passos de uma fase de desenvolvimento da produção, em que, a existência destas classes não só deixa de ser uma necessidade, senão que se converte positivamente em um obstáculo para a produção". As classes desaparecerão de um modo tão inevitável como um dia surgiram, com as classes desaparecerá assim mesmo o Estado.

Engels retoma a filosofia do direito natural de Hobbes, cuja terminologia adota, substituindo somente a necessidade de domesticar o *homo homini lupus*, pela necessidade de regular o conflito entre as classes.

O Estado teria surgido, segundo Marx e Engels, quando já haviam se formado as classes e sua função é ser um órgão de classe. Arturo Labriola (*Mais além do capitalismo e do socialismo*, Paris, 1931) expressa sobre este ponto: "*Estes problemas das "origens" são sempre muito complexos. O bom sentido aconselharia lançar sobre eles alguma luz e reordenar os materiais que lhes concernem sem se iludir jamais de poder chegar ao final*".

A idéia de possuir uma teoria das "origens" do Estado é meramente fabulosa. Tudo o que pode se pretender é indicar alguns elementos que na ordem histórica provavelmente tenham contribuído a gerar o fato. Que surja das classes ou tenha com elas uma relação é evidente, mas se deve recordar as funções predominantes que o Estado teve no nascimento do capitalismo.

Segundo Labriola, o estudo científico da gênese do capitalismo "*confere um caráter de realismo, verdadeiramente insuspeito à tese anarquista sobre a abolição do Estado*". Ademais: "*Parece com efeito muito mais provável a extinção do capitalismo como efeito da desaparecimento do Estado, que a extinção do Estado como consequência da desaparecimento do capitalismo.*"

Isto resulta evidente dos estudos dos mesmos marxistas, quando se trata de estudos sérios como de Paul Louis *Le travail dans le monde romain* (Paris, 1912). Deste livro surge claramente que a classe capitalista romana se formou como um parasita do Estado e protegida por ele. Dos generais saqueadores aos governadores, dos agentes de impostos as famílias de tesoureiros (*argentari*), dos empregados de aduana aos abastecedores do exército, a burguesia romana se criou mediante a guerra, o intervencionismo estatal na economia, a fiscalização estatal, etc...muito mais que de outro modo.

E se examinamos a interdependencia entre o Estado e o capitalismo vemos que o segundo tem se beneficiado amplamente do primeiro por interesses estatais, e não precisamente capitalistas. Tão certo é isto, que o desenvolvimento do Estado precede ao desenvolvimento do capitalismo. O Império Romano já era um vastíssimo e complexo organismo quando o capitalismo romano era apenas uma

prática familiar.

Paul Louis não vacila em proclamar: “O *capitalismo antigo nasceu da guerra*”. Os primeiros capitalistas foram, com efeito, os generais e os publicanos. Em toda a história da formação da fortuna privada está presente o Estado. E desta convicção de que o Estado tem sido e é o pai do capitalismo e não somente seu aliado natural, derivamos a convicção de que a destruição do Estado é a condição *sine qua non* da desaparecimento das classes e da irreversibilidade dessa desaparecimento.

Em seu ensaio *O Estado moderno* Kropotkin observa:

“Reclamar de uma instituição que representa um desenvolvimento histórico que destrua os privilégios que deve desenvolver, é como se reconhecer incapazes de compreender o que significa na vida da sociedade um desenvolvimento histórico. É como esquecer aquela regra geral da natureza orgânica: as novas funções exigem novos órgãos surgidos das mesmas funções”.

Arturo Labriola, no livro antes citado, observa por sua vez:

“Se o Estado é um poder conservador com respeito a classe que o domina, não será a desaparecimento desta classe o que fará desaparecer o Estado, e neste ponto a crítica anarquista é muito mais exata que a crítica marxista. Enquanto o Estado conserve as classes, dita classe não desaparecerá. Quanto mais forte é o Estado mais forte é a classe protegida pelo Estado, isto é, mais poderosa se faz sua energia vital e mais segura sua existência. Uma classe forte é uma classe mais fortemente diferenciada das outras classes. Nos limites dos quais a existência do Estado depende da existência das classes, o fato mesmo do Estado -se a teoria de Engels é verdadeira- determina a indefinida existência das classes e portanto de si mesmo como Estado.”

Uma grande, decisiva, confirmação da exatidão de nossas teses sobre o Estado gerador do capitalismo está dada pela URSS na qual o socialismo de Estado favorece o surgimento de novas classes.

9 de outubro de 1936.

Publicado no primeiro número de *Guerra di classe*.

O ESTADO E AS CLASSES.

Em 1921, Lenin definia o Estado soviético russo como “*um Estado operário com uma deformação burocrática, em um país formado por uma maioria de camponeses*”.

Essa definição hoje deve se modificar na seguinte forma: “*O Estado soviético é um Estado burocrático em que está se desenvolvendo uma burguesia média burocrática e uma pequena burguesia trabalhadora, enquanto sobrevive a classe média agrária*”.

Boris Suvarin, em seu livro *Stalin* (Paris, 1935), traça o seguinte quadro do aspecto social da URSS:

“A sociedade chamada soviética, repousa, de um modo que lhe é próprio, sobre a exploração do homem pelo homem, do produtor por parte do burocrata, técnico do poder político. A apropriação individual da mais-valia será substituída por uma apropriação coletiva a cargo do Estado, estafa feita pelo consumo parasitário do funcionalismo... A documentação oficial não deixa dúvida alguma: sobre o trabalho da classe submetida, obrigada a um sistema extenuante e inexorável, a burocracia retira uma parte indevida que corresponde mais ou menos ao antigo benefício capitalista. Tem se formado pois, ao redor do partido, uma nova categoria social interessada na manutenção da ordem constituída e na perpetuação do Estado, cuja extinção, junto a desaparecimento das classes sociais, predicava Lenin. Se o bolchevismo não tem a propriedade jurídica dos instrumentos de produção e dos meios de troca, detém a máquina estatal que lhe permite a espoliação mediante vários procedimentos. A possibilidade de impor os preços de venda, muito mais altos que os preços de custo, encerra por si

só o verdadeiro segredo da exploração técnico-burocrática, caracterizada, por outra parte, pela opressão administrativa e militar”.

O bonapartismo não é outra coisa que o reflexo político da tendência desta nova burguesia, a conservar e acrescentar sua própria situação econômica-social. No chamado do bolchevique-leninista Tamboy, dirigido ao proletariado mundial em 1935, pode se ler o seguinte:

“A tarefa da burocracia do partido consiste somente em isolar e torturar os opositores enquanto estes não tenham se destruído publicamente, isto é até quando não tenham se convertido em desgraçados apolíticos. Os burocratas, com efeito, não desejam que sejas um autêntico comunista. Não tem necessidade disto. Para eles é nocivo e mortalmente perigoso. Não querem comunistas independentes, querem miseráveis servos, egoístas e cidadãos de última categoria...”

Seria então possível, que, sob um verdadeiro poder proletário, a luta ou um simples protesto contra a burocracia, contra os ladrões e os bandidos que se apoderam impunemente dos bens soviéticos, e que são os causantes da perda, pelo frio e a fome de centenas de milhares de homens, seja considerada como um delito contra-revolucionário?”

A formidável tragédia da luta entre a oposição “revolucionária” e a “ortodoxia conservadora”, é um fenômeno completamente natural no quadro do socialismo de Estado. A oposição leninista tem razão em assinalar ao proletariado mundial, as deformações, as desviações e a degeneração do stalinismo; mas se o diagnóstico da oposição quase sempre é preciso, a etiologia, em troca, frequentemente é insuficiente.

O stalinismo não é outra coisa que o resultado de se ter posto em prática o leninismo no problema político da revolução social. Se lançar contra os efeitos sem remontar-se à causa, ao pecado original do bolchevismo (ditadura burocrática em função da ditadura do partido), significa simplificar arbitrariamente a cadeia causal que da ditadura de Lenin passa à ditadura de Stalin, sem maior solução de continuidade.

A liberdade interior de um partido que nega o livre jogo da maioria (da pluralidade) entre os partidos de vanguarda no seio do sistema soviético, seria hoje um espetáculo milagroso. A hegemonia operária, o absolutismo bolchevique, o socialismo de Estado, o fetichismo industrialista: todos estes germes corruptores

só podiam dar frutos envenenados tais como o absolutismo de uma fração e a hegemonia de uma camada social. Trotsky, na atitude de São Jorge em luta contra o dragão stalinista, não impede recordar o Trotsky de Kronstadt. A responsabilidade do atual stalinismo se remonta a formulação e a prática da ditadura do partido bolchevique, assim como a ilusão da extinção do Estado como fruto da desapareição das classes a cargo do socialismo de Estado.

Quando Trotsky escrevia, em 6 de setembro de 1935: *“O absurdo histórico da burocracia autocrática em uma sociedade sem classes não pode se sustentar e não se sustentará indefinidamente”*, dizia uma coisa absurda no que se refere ao *“absurdo histórico”*. Na história não há absurdos. Uma burocracia autocrática é uma classe e conseqüentemente não é absurdo que ela exista em uma sociedade na qual persistem as classes: a burocrática e a proletária. Se a URSS fosse uma *“sociedade sem classes”*, seria também uma sociedade sem autocracia burocrática e essa autocracia é a resultante da subsistência do Estado.

É por sua qualidade de partido dominante da máquina estatal que o partido bolchevique tem se convertido em um centro de atração para os elementos pequeno-burgueses arrivistas e para os operários preguiçosos e oportunistas. A praga burocrática não se iniciou, nos fatos, com o stalinismo, pois é simultânea a ditadura bolchevique. Basta ler as notícias de 1918 e 1919, publicadas na imprensa bolchevique.

O Wecernia Isvestia de 23 de agosto de 1918, falando da desorganização do serviço postal, constata que apesar da diminuição em uns 60% da correspondência, o número de empregados, comparado ao período anterior da revolução, havia aumentado uns cem por cento.

Pravda de 11 de fevereiro de 1919 assinala a contínua criação de novas oficinas, de novas instituições burocráticas, para as quais tem se nomeado e estipendiado os empregados antes que as novas organizações começaram a funcionar. *“Se todos estes novos empregados -diz Pravda de 22 de fevereiro de 1919- invadem e ocupam palácios inteiros, por seu número efetivo seriam suficientes algumas poucas estâncias.”*

O trabalho se faz lento e obstrucionista, incluso nas oficinas com funções industriais. *“Um encarregado do Comissariado de Lipetzka -conta Isvestia de 29 de novembro de 1918- para comprar nove “pud” de pregos ao preço de 417 rubros tem que expedir vinte escritos, obter cinco ordens e 13 firmas, para conseguir isso teve que fazer ante-sala de dois dias, pois os funcionários que deviam assinar eram inencontráveis”*. Pravda (número 281) denunciava *“a invasão em nosso partido de elementos pequeno-burgueses”* que faziam expropriações *“para uso pessoal”*. No número de 2 de março de 1919 o mesmo periódico

constatava:

“É necessário reconhecer que nos últimos anos alguns companheiros, que não eram membros do PC nos primeiros tempos, começaram a recorrer a métodos de trabalho que são inadmissíveis em nosso partido. Admitir como sistema o costume de não se considerar atado a opinião das organizações locais, enquanto tem ordens de atuar pessoalmente, em base a um mandato bastante limitado, e ordenar a torto e a direito, por exemplo. Daí se origina uma tensão latente entre o centro e a periferia, impondo com sua ditadura individual vexames vários”.

Falando da província de Pensa, o Comissário do Interior, dizia:

“Os representantes locais do Governo central se conduzem, não como os representantes do proletariado, mas como verdadeiros sátrapas. Uma série de feitos e de provas atestam que os únicos representantes do Governo se apresentam armados diante de gente mais pobre, levando presa e com ela todo o necessário, ameaçando de morte no caso de protestos, castigando a golpes. Os objetos roubados são revendidos, e com esse dinheiro se organizam bebedeiras e orgias” (Wecernia-Isvestia, 12 de fevereiro de 1919).

Outro bolchevique, Mescerikov, escrevia:

“Cada um de nós vê todos os dias infinitos casos de violência, vexames, corrupções, ócio, etc. Todos sabemos que em nossas instituições soviéticas tem entrado em massa pícaros e folgados. Todos lamentamos sua presença nas filas do partido, mas não podemos fazer nada para nos limpar desta impureza.”

“...se uma instituição expulsa um pícaro, se encontra logo outra que o toma e lhe dá um posto de responsabilidade. Em vez de ser castigado, termina por ser promovido” (Pravda, 5 de fevereiro de 1919).

Em um discurso pronunciado no Oitavo Congresso do Partido Comunista russo (11-12 de março de 1919), Lenin confessava:

“Vemos por todas partes arrivistas, aventureiros, que tem se introduzido

entre nós. Eles se chamam comunistas, mas na realidade buscam nos enganar sobre suas verdadeiras idéias. Isso sim, estão colados a nós, porque nós somos o poder e porque os elementos burocráticos mais honestos recusam colaborar com nós por causa de suas idéias atrasadas, enquanto eles não tem nem idéias nem honestidade: são exclusivamente de reclame.”

O governo bolchevique se demonstra impotente frente a burocracia, pletórica, parasitária, prepotente e desonesta.

De cinco milhões de burocratas se passou a dez milhões. Em 1925 eram 400.000 funcionários nas cooperativas (Pravda, 20 de abril de 1926).

Em 1927 a Federação russa de operários da alimentação tinha 4.287 empregados para seus 451.720 sócios e o sindicato de metalúrgicos de Moscou chega a 700 funcionários para 130.000 carnês sindicais (Trud, 12 de junho de 1928).

Esta pletórica burocracia não responde a uma intensa e eficaz atividade administrativa.

“A direção do aparato soviético, da base ao mais alto grau, tem um caráter papaleiro. O comitê provincial manda habitualmente uma ou duas circulares por dia sobre todas as questões imagináveis, e estima haver assim esgotado suas obrigações.”

“O número das circulares que dão as diretivas recebidas nas células, oscila, em certos lugares, de 30 a 100 por mês” (Pravda, 7 de junho de 1925).

Um alto funcionário, Dzerginsky, escrevia:

“Se solicitam das empresas as mais diferentes informações, informes, dados estatísticos, formando em conjunto um torrente de cartas que obriga a manter um excessivo pessoal e asfixia o trabalho mais vital: se cria um mar de cartas em que se enredam centenas de pessoas; a situação da contabilidade e da estatística é simplesmente catastrófica; as empresas suportam com desgosto o fardo de prover informações sobre dezenas e centenas de formas diferentes. Se mede agora a contabilidade ao peso” (Pravda, 23 de junho de 1926).

Uma oficina florestal reclama um cálculo das perdizes, das lebres, ursos,

lobos, etc., habitantes no setor do funcionário consultado, e isto no prazo de uma semana (Krasnaia Gazeta, 14 de maio de 1926).

A direção provincial da agricultura de Viatka prescreve ao comitê executivo do cantão contar os vermes da terra encontrados no campo (Pravda, 1º de março de 1928).

O informe do Commissariado de Comércio, contém 27.000 solicitações; um informe agrícola ucraniano contém 20.000 (Isvestia, 11 de dezembro de 1927). Um comitê executivo local envia ao soviet do povo um questionário com 348 perguntas, e isto, durante a colheita do grão (Pravda, 18 de abril de 1928). O instituto de agronomia experimental publica uma folha de pesquisa de seis metros de comprimento e totalmente cheia de interrogações sobre tratores (Diednota, 1 de abril de 1929).

No XV Congresso do Partido, Stalin citou o caso, entre outros muitos, de um mutilado que teve que esperar sete anos um aparelho de prótese. Um operário que deve fazer uma reclamação contra a administração de uma empresa, deve passar por 24 formalidades burocráticas (Trud, 14 de janeiro de 1928). Uma oficina processa 210 contratos por operário admitido, e isto apesar de que o pessoal é muito instável (Trud, 5 de agosto de 1928). Um relógio importado na URSS passa na aduana através de 142 formalidades (Isvestia, 9 de dezembro de 1928). Um inventor, chegado a Moscou para experimentar um descobrimento, deve fazer um trâmite para obter uma habilitação. Depois de um ano e meio ainda não a tem obtido, mas tem reunido um conjunto de folhas burocráticas relativos a dito trâmite: 400 documentos (Vetchernaia Moska, junho de 1929).

Os funcionários do partido estão sobrecarregados de tarefas. Kamenev, antes de ser despedido, era membro do Comitê Central e do Bureau político do Partido, presidente do Conselho do Trabalho e da Defesa, presidente do Soviet de Moscou, vice-presidente do Conselho de Comissários do Povo, membro da presidência coletiva do Conselho Econômico Superior, membro do Comitê Central executivo da União e do Comitê executivo do Soviet da República, diretor do Instituto Lenin, co-diretor de Bochevik, revista oficial do Partido, e certamente a lista de suas tarefas ou cargos não está completa. Até os pequenos dirigentes estão sobrecarregados de tarefas e de todo tipo de cargos. Um jovem comunista declarava ocupar sozinho dezesseis cargos (Pravda, 21 de março de 1925).

Com uma burocracia tão pletórica, com um mecanismo administrativo tão complicado, com um controle tão mínimo e natural, se explica que o roubo seja uma das características da vida burocrática da Rússia. Um alto funcionário sindical, Dogadov, referia ao Conselho Central dos sindicatos em 1925, que quase a metade (47%) do orçamento da confederação sindical russa (700 milhões de rublos)

devoravam os funcionários (Pravda, 9 dezembro de 1926). Em um ano 5.323.000 rublos eram dilapidados nas cooperativas (Torgovo-Promychlenaia Gazeta, 23 de maio de 1926). Toda a imprensa bolchevique dos anos seguintes está cheia de notícias das dilapidações burocráticas nas cooperativas. Tomsy, agora presidente da confederação dos sindicatos russos, dizia no VIII Congresso da central sindical:

“Onde se rouba... por todas partes: nos comitês de fábricas, nas caixas de mútuo socorro, nos círculos, nas seções regionais, departamentais e distritais; por todas partes, em uma palavra. Existe incluso uma rúbrica com o título: “Desconhecido”, se é roubado em alguma parte, mas não sabemos onde. E quem rouba? Para maior vergonha de nossa entidade, devo dizer que os presidentes são capitalistas. Como repartem os roubos do ponto de vista político? De maneira desigual entre comunistas, e também entre pessoas das quais é “desconhecida” sua orientação política. No que concerne a juventude, a situação é angustiosa. O ativo sindical não compreende, em nenhum nível, mais de 9% dos jovens, mas quanto aos ladrões, chega a 12,2%.”

Em novembro de 1935 *Il Risveglio* de Genebra publica a carta de um empregado de hotel no qual, entre outras coisas, se lê:

“Em 1925, em março, durante uma feira internacional de Lyon, me encontrava no Nouvel Hotel, onde o proprietário, fascista cem por cento, tinha recebido com as honras correspondentes a missão soviética. Ocuparam as melhores habitações, que o proprietário cobrava 120 francos ao dia por pessoa, preços que naquela época eram exorbitantes, mas que os bolcheviques pagavam sem discutir. E bem, pude constatar que eles tinham os mesmíssimos vícios da nobreza russa. Na janta, na mesa, se embriagavam de conhaque, e em nome da ditadura do proletariado faziam servir os melhores vinhos de Burdeos .”

O “decoro” conduz aos costumes luxuosos e viciosos, e esses costumes conduzem a corrupção.

Pravda do 16 de outubro de 1935, denunciava dois casos de corrupção burocrática dignas de ser assinaladas:

“A Indústria florestal, órgão do Comissariado do Povo para a Indústria Florestal, havia recebido dinheiro, de forma ilícita, do truste Ukrqiness,

do Departamento de Combustíveis do Commissariado de Vias e Comunicações, e de outras organizações econômicas. A “Indústria ligeira”, órgão do Commissariado do mesmo nome, havia recebido dinheiro, sempre de Kiev, do departamento algodoeiro do Commissariado de Agricultura, do truste de algodão e do truste do coró e da pele.”

Os diários russos estão cheios de notícias relativas a corrupção da burocracia, e de informações sobre “*a depuração do partido*”. Efetivamente a depuração consiste na eliminação dos elementos que “*não estão na linha*”. Tem aqui alguns casos típicos, extraídos de Bolchevistskaia Petchat (números 13 e 14 de 1935). Foi revogado o redator chefe de Kommunist de Seratov, secretário da seção local do partido comunista, não porque -segundo o periódico- seguia uma “*linha política equivocada*”, mas porque o chefe de pessoal Davidovov tinha dado provas de sua “*criminal negligência*”, admitindo corretores e redatores de origem não proletária ou suspeitos: Goverdovski “*cujos pais tinham sido expulsos de Moscou*”, a cidadã Znamenskaia “*filha de um oficial branco morto no curso da guerra civil*”, a cidadã Gonciarenev, expulsa de Moscou como contra-revolucionária, o literato Lardi “*expulso do partido por decomposição completa (sic), ex-nobre, com uma tia na Polônia*”, o fotógrafo Kruscinski expulso do partido por ter estado na Letônia sem autorização e tendo parentes nesse país, a cidadã Rounguis, parente de uma mulher condenada por participar em uma associação de bandidos.

Os funcionários um pouco independentes e que são mais honestos e capazes, são eliminados sistematicamente, enquanto permanecem em seus postos os oportunistas, quase todos venais e incapazes.

Inclusive os cargos do partido se converteram em sinecuras estáveis. A rotação dos elementos dirigentes está atualmente abolida. Enquanto os estatutos do partido comunista russo estabeleceram que a cada ano se mudariam os dirigentes do partido, dos sindicatos e dos soviets, certo Kakhiani foi durante oito anos seguidos secretário do Comitê Central do partido comunista georgiano.

Todo este estado de coisas favorece a consolidação da burocracia e da tecnocracia como classe.

Em seu livro *Vers l'autre flamme* (Até a outra chama), aparecido em Paris em 1929, Panait Istrati expunha com dados esta situação, descrevendo as diversas proporções nas quais as distintas classes do povo russo haviam poupado e depositado suas poupanças nas caixas durante o ano 1926: 12% eram poupanças de operários, 3,6% camponeses, enquanto os funcionários e outras categorias não especificadas haviam depositado 56,7 %.

A nova categoria dos chefes operários e dos operários especializados

“stajanovistas” vem sustentar a nova burguesia tecno-burocrática. Os operários não especializados constituem o verdadeiro proletariado industrial. Em 1935 o salário médio daquela categoria, se se consideram os preços da alimentação nesse mesmo ano era um salário de fome, porque estava em 100 e 150 rublos mensais. Em Moscou por exemplo, um quilo de pão branco custava de 2 a 6 rublos, a carne custava de 10 a 15 rublos o quilograma, e um quilograma de manteiga de 28 a 30 rublos. Uma passagem de bonde de 10 a 25 copecas (isto é um quarto de rublo), e uma passagem de metrô 50 copecas (isto é, meio rublo).

“Isvestia” de 9 de maio de 1935 anunciava que um chefe de oficina dos altos fornos de Krivoirog (Ucrânia) tinha recebido por salário (mês de abril) 3.300 rublos. “*L’Humanité*”, cotidiano bolchevique de Paris, em seu número de 16 de dezembro de 1935 falava de um operário que recebia 4.361 rublos em 24 dias e de um operário que tinha recebido 233 por um só dia de trabalho.

Em 15 de dezembro de 1935 *L’Humanité* anunciava que as caixas de poupança da URSS tinham uma reserva de 4.256.000 rublos superior a 1° de dezembro de 1934. Em 1936 (de 1° de janeiro a 11 de maio) o total da poupança aumentou 403 milhões de rublos contra 261 milhões pelo período correspondente a 1935. Os senhores Lewis e Abramson, que estiveram na Rússia por conta do BIT (Bureau Internationale du Travail) de Genebra, recentemente publicaram um informe que confirma a acentuação da diferenciação nos salários industriais.

“Na indústria metalúrgica -informam- a escala de salários mais frequentemente aplicada compreende oito classes (ou categorias). A taxa do operário menos qualificado está representada pelo coeficiente 1, e o da classe seguinte pelo coeficiente 1,15 e progressivamente 1,32, 1,51, 1,83, 2,17, 2,61 e finalmente 3,13.”

Trabalho por serviço, escala de salários, sistema de prêmios: tudo isto está criando uma pequena-burguesia que sustenta a burguesia média técnico-burocrática e retarda a “terceira revolução”, preconizada pela opinião revolucionária, consolidando a ditadura de um clã.

Este fenômeno de reconstituição das classes “mediante o Estado” foi previsto por nós, e denunciado claramente. A oposição leninista não consegue aprofundar o exame etiológico do fenômeno e é porque não chega a revisar a posição leninista frente ao problema do Estado e a revolução.

17 de outubro de 1936.

Publicado no segundo número de *Guerra di classe*.

A ABOLIÇÃO E A EXTINÇÃO DO ESTADO.

Enquanto nós, os anarquistas, queremos a extinção do Estado mediante a revolução social e a constituição de uma nova ordem autonomista-federal, os leninistas querem a destruição do Estado burguês, mas assim mesmo a conquista do Estado pelo “proletariado”. O “Estado do proletário” -dizem- é um semi-Estado porque o Estado integral é o burguês, destruído pela revolução social. Inclusive este semi-Estado, segundo os marxistas, deve a sua vez morrer de morte natural.

Esta teoria da extinção do Estado, básica no livro de Lenin “*O Estado e a revolução*” foi tomada de Engels, que em *A subversão da ciência pelo senhor Eugen Duhring*, diz:

“O proletariado toma o poder do Estado e transforma imediatamente os meios de produção em propriedade do Estado. Por este ato se destrói a si mesmo enquanto proletariado. Elimina as diferenças de classes e todas as contradições de classes, e ao mesmo tempo incluso o Estado enquanto Estado.

A antiga sociedade, que existia e existe, através dos antagonismos de classe, tinha necessidade do Estado, isto é de uma organização da classe exploradora de cada período histórico para manter as condições externas de produção. Em particular, o Estado tinha como tarefa manter pela força a classe explorada em condições de opressão necessárias para o modo de produção existente (escravidão, servidão, trabalho assalariado).

O Estado era o representante oficial de toda a sociedade e sua expressão sintetizada em uma realidade visível, mas só porque era o Estado da classe

que, em cada época, representava a totalidade real da sociedade: Estado antigo dos cidadãos proprietários de escravos; Estado medieval da nobreza feudal; Estado moderno da burguesia de nossa época, ao menos desde o século passado.

No entanto se chegasse a representar a realidade de toda a sociedade, se voltaria ele mesmo supérfluo. Desde que não era mais necessário manter nenhuma classe social oprimida, desde o momento que são eliminadas conjuntamente com a soberania de classe a luta pela existência individual, determinada pela antiga desordem da produção, e os conflitos e excessos que eram seu resultado, a repressão se faz desnecessária, e o Estado deixa de ser necessário.

O primeiro ato pelo qual o Estado se manifesta realmente como representante da sociedade inteira, ou seja a apropriação dos meios de produção em nome da sociedade, é ao mesmo tempo o último ato próprio do Estado. A intervenção do Estado na vida da sociedade se volta supérflua em todos os campos, um depois de outro, e cai por si mesmo em desuso. O governo dos homens é substituído pela administração das coisas e a direção do processo de produção. O Estado não é “abolido”, senão que morre. Nesta perspectiva é necessário situar a palavra de ordem “Estado livre do povo”, em um sentido de agitação que, em um tempo, teve direito a existência e em última análise, é cientificamente insuficiente. É necessário, igualmente, situar-se sobre esta perspectiva para examinar as reivindicações dos chamados anarquistas, que querem abolir o Estado de um dia para outro.”

Entre o *Estado* de hoje e a *Anarquia* de amanhã, estaria o *semi-Estado*. O Estado que morre e “o Estado enquanto Estado”, ou seja, o Estado *burguês*. E é neste sentido que se toma a frase, que a primeira vista parece contradizer a tese do Estado socialista. “*O primeiro ato em que o Estado se manifesta realmente como representante de toda a sociedade, ou seja a tomada dos meios de produção em nome da sociedade, é ao mesmo tempo o último do Estado*”.

Tomada literalmente, e arrancada de seu contexto esta frase poderia significar a simultaneidade temporal da socialização econômica e da extinção do Estado.

Desta maneira inclusive, tomada literalmente, a frase referente ao proletariado destrutor de si mesmo como proletariado no ato de se apoderar do

poder do Estado, viria a significar a não necessidade do “Estado proletário”. Na realidade Engels, sob a influência do “estilo dialético”, se expressa muito pouco felizmente. Entre o hoje burguês-estatal e o amanhã socialista-anárquico, Engels reconhece uma cadeia de etapas sucessivas, em que Estado e proletariado coexistem. Para lançar uma luz nessa obscuridade... dialética, e a alusão final aos anarquistas “*que querem abolir o Estado de um dia para outro*”, ou seja que não admitem o período de transição com respeito ao Estado, cuja intervenção –segundo Engels- se volta supérflua “*em todos os campos, um depois de outro*”, ou seja gradualmente.

Creio que a posição leninista frente ao Estado coincide estreitamente com a assumida por Marx e Engels, quando se interpreta o espírito dos escritos destes últimos, sem se deixar enganar pela ambiguidade de alguma formulação.

Para o pensamento político marxista-leninista, o Estado é o instrumento político transitório da socialização, transitório pela essência mesma do Estado, que é a de um organismo de domínio de uma classe sobre outra. O Estado socialista, ao abolir as classes, se suicida. Marx e Engels eram metafísicos, aos quais ocorria com frequência esquematizar os processos históricos por fidelidade ao sistema que haviam inventado.

“O proletariado”, que se apodera do Estado, ao que encomenda toda a propriedade dos meios de produção, destruindo-se a si mesmo como proletariado e o “Estado enquanto Estado”, é uma fantasia metafísica, uma hipótese política das abstrações sociais.

Não é o proletariado russo quem se apoderou do poder do Estado, mas o partido bolchevique, que não destruiu inteiramente o proletariado, e que criou, em troca, um capitalismo de Estado, uma nova classe burguesa, um conjunto de interesses vinculados ao Estado bolchevique, que tendem a se conservar na medida que se conserva aquele Estado.

A extinção do Estado está mais longe que nunca na URSS, onde o intervencionismo estatal é cada vez mais vasto e opressivo, e onde as classes não tem desaparecido.

O programa leninista de 1917 compreendia estes pontos: supressão da polícia e do exército permanente; abolição da burocracia profissional; eleições para todas as funções e cargos públicos; revogabilidade de todos os funcionários; igualdade das remunerações burocráticas com os salários operários; máxima democracia; pluralidade pacífica dos partidos no interior dos Soviets; derrogação da pena de morte. Nenhum destes pontos programáticos foram cumpridos.

Na URSS há um governo que é uma oligarquia ditatorial. O Bureau Político do Comitê Central (19 membros) domina o partido comunista russo, que por sua

vez domina a URSS. Toda cor política que não pertença aos súditos, é tachada de contra-revolucionária. A revolução bolchevique gerou um governo satúrnico, que deporta Riazanov, fundador do Instituto Marx-Engels, enquanto está dirigindo a edição integral e original de *O Capital*; que condena a morte Zinoviev, presidente da Internacional Comunista, assim como Kamenev e muitos outros entre os mais altos expoentes do leninismo, que exclui do partido, para enseguida expulsá-lo da URSS um “chefe” como Trotsky, que em suma castiga sem consideração e se enfurece contra oitenta por cento dos principais militantes leninistas.

Lenin escrevia em 1920 um elogio da autocrítica no seio do Partido Comunista, mas falava dos “erros”, reconhecidos pelo “partido”, e não do direito do cidadão a denunciar os erros, ou o que lhe parece como tais, do partido do governo.

Ainda sendo Lenin ditador, qualquer um que denunciasse oportunamente aqueles mesmos erros que o próprio Lenin reconhecia retrospectivamente, arriscava, ou suportava, o ostracismo, a prisão ou a morte. O soviétismo bolchevique era uma atroz burla, também da parte de Lenin, que glorificava o poder demiúrgico do comitê central do Partido Comunista russo em toda a URSS dizendo: “*Em nossa república não se decide nenhum assunto importante, seja de ordem pública, ou relativo a organização de uma instituição estatal, sem as instruções diretivas que emanam do Comitê Central do Partido.*”

Quem diz “Estado proletário”, diz “capitalismo de Estado”. Quem diz “ditadura do proletariado”, diz “ditadura do partido comunista”.

Leninistas, trotskistas, bordiguistas, centristas, só estão divididos por diferentes concepções táticas. Todos os bolcheviques, qualquer que seja a fração a que pertençam, são partidários da ditadura política e o socialismo de Estado. Todos estão unidos pela fórmula “ditadura do proletariado”, forma equívoca, correspondente ao “povo soberano” do jacobinismo. Qualquer que seja o jacobinismo está condenado sempre a desviar a revolução social. E quando esta se desvia se perfila a sombra de um Bonaparte.

Se necessita ser cego para não ver que o bonapartismo stalinista, não é mais que a sombra do ditatorialismo leninista.

24 de outubro de 1936.

Publicado no terceiro número de *Guerra di classe*.

A DITADURA DO PROLETARIADO E O SOCIALISMO DE ESTADO.

A ditadura do proletariado é um conceito marxista. De acordo com Lenin, “*marxista é só aquele que estende o reconhecimento da luta de classes ao reconhecimento da ditadura do proletariado*”.

Lenin tinha razão porque a *ditadura do proletariado* não é, para Marx, mais que a conquista do Estado por parte do proletariado que, organizado em classe politicamente dominante, chega mediante o socialismo de Estado a supressão de todas as classes.

Na *Crítica do programa de Gotha*, escrita por Marx no ano 1875 se lê:

“Entre a sociedade capitalista e a sociedade comunista existe um período de transformação revolucionária de uma na outra. A este período corresponde também um período de transição política no qual o Estado não pode ser outra coisa que a *ditadura revolucionária do proletariado*”.

O *Manifesto Comunista* (1847) diz:

“O primeiro passo da revolução operária é o ascenso do proletariado a classe dominante...”

O proletariado utilizará seu domínio político para arrancar pouco a pouco da burguesia todo o capital e concentrar todos os instrumentos de produção em mãos do Estado, ou seja, do proletariado organizado em classe dominante.”

Lenin, em *O Estado e a Revolução* confirma a tese marxista:

“O proletariado tem necessidade do Estado só por um certo tempo. Quanto a supressão do Estado como meta, não nos diferenciamos nesse ponto completamente dos anarquistas. Afirmamos que para alcançar esta meta, é indispensável utilizar temporalmente contra os exploradores, os instrumentos, os meios e os procedimentos do poder político, assim como é indispensável, para suprimir as classes instaurar a ditadura temporária da classe oprimida...

O Estado se extingue na medida que deixamos de ser capitalistas, não temos mais classes, e não existe mais, por consequência, a necessidade de “aniquilar” nenhuma classe.”

“Mas o Estado não está todavia inteiramente morto, porque ainda o salvaguarda o “direito burguês”, que consagra, de fato, a desigualdade. Para que o Estado pereça completamente, é necessário o advento do comunismo total”.

O Estado proletário é concebido como uma forma política transitória destinada a destruir as classes. O gradualismo na expropriação e a idéia de um capitalismo de Estado são as bases desta concepção. O programa econômico de Lenin, na véspera da revolução de Outubro, termina com esta frase: “*O socialismo não é outra coisa que um monopólio socialista estatal*”.

Segundo Lenin, “*a diferença entre os marxistas e os anarquistas consiste no seguinte: 1) os marxistas, incluso propondo-se a destruição completa do Estado, não a acham realizável senão depois da destruição das classes por obra da revolução socialista, como um resultado do advento do socialismo, que terminará com a extinção do Estado; os anarquistas querem a completa supressão do Estado de um dia para outro, sem compreender quais são as condições que a possibilitam. 2) Os marxistas proclamam a necessidade para o proletariado da apropriação do poder político, de destruir inteiramente a velha máquina estatal e substituí-la por uma nova, consistente na organização dos trabalhadores armados, ao estilo da Comuna: os anarquistas, reclamando a destruição da máquina estatal, não sabem exatamente “com que coisa” será substituída, pelo proletariado, nem “que uso” fará este do poder revolucionário; chegam até a repudiar qualquer uso do poder político por parte do proletariado revolucionário e rechaçam a ditadura revolucionária do mesmo. 3) Os marxistas buscam preparar o proletariado para a revolução empregando em seu benefício o Estado moderno, e os anarquistas*

rechaçam este método”.

Lenin deforma a coisa. Os marxistas “*não se propõem a destruição completa do Estado*”, e sim prevêem a extinção natural do Estado como consequência da destruição das classes realizada pela “*ditadura do proletariado*” ou pelo socialismo de Estado, enquanto os anarquistas querem a destruição das classes, mediante uma revolução social que suprima o Estado junto com as classes. Os marxistas, além do mais, não propugnam a conquista armada da Comuna por parte de todo o proletariado, senão a conquista do Estado por parte do partido que presume representar o proletariado. Os anarquistas admitem o uso de um poder político pelo proletariado, mas tal poder político é entendido como o conjunto dos sistemas de gestão comunista, dos organismos corporativos, das instituições comunais, regionais e nacionais livremente constituídas fora e contra o monopólio político de um partido, e tendendo à mínima centralização administrativa. Lenin, aos efeitos polêmicos, simplifica arbitrariamente os termos das diferenças correntes entre os marxistas e nós.

A fórmula leninista “*os marxistas querem preparar o proletariado para a revolução utilizando em seu proveito o Estado moderno*”, se encontra na base do jacobinismo leninista, o mesmo que no parlamentarista e no ministerialismo social-reformista. Nos congressos socialistas internacionais de Londres (1896) e de Paris (1900), se estabeleceu que podiam aderir a Internacional Socialista só os partidos e as organizações operárias que reconheceram o princípio da “*conquista socialista do poder público por parte do proletariado organizado em partido de classe*”. A cisão se produziu sobre este ponto, mas efetivamente, a exclusão dos anarquistas do seio da Internacional, significou o triunfo do possibilismo, do oportunismo, do “cretinismo parlamentar” e do ministerialismo.

Os sindicatos parlamentares, assim como algumas frações comunistas reclamando-se marxistas, rechaçam a conquista socialista pré-revolucionária ou não revolucionária do poder público.

Qualquer dia uma mirada retrospectiva da história do socialismo, depois da separação dos anarquistas, não poderá deixar de constatar a gradual degeneração sofrida pelo marxismo como filosofia política através das interpretações e a prática socialdemocrata.

O leninismo constitui, sem dúvida, um retorno ao espírito revolucionário do marxismo, mas também significa um retorno ao sofisma e a subtração da metafísica marxista.

5 de novembro de 1936.

Publicado no quinto número de Guerra di classe.

CARTA ABERTA À COMPANHEIRA FEDERICA MONTSENY.

Querida companheira:

Tinha a intenção de me dirigir a todos vocês, companheiros ministros, mas agora com a pluma na mão, espontaneamente, resolvi me dirigir a ti somente e não quero contrariar um impulso súbito, pois é uma boa regra em tal gênero de assuntos seguir os instintos.

Não te maravilhe que não coincida sempre contigo, nem te irrite, além do mais tu tem te mostrado cordialmente esquecida de críticas que nem sempre foi de teu gosto, e que haveria sido tão natural como humano, considerar injustas e excessivas. É uma qualidade, e não pequena a meus olhos, e testemumha a natureza anarquista de teu espírito. Essa certeza e temperamento compensa com eficácia, se entende para minha amizade, as discrepâncias ideológicas com alguns aspectos de teus artigos de estilo personalíssimo e teus discursos de uma eloquência admirável.

Não tenho conseguido aceitar por exemplo tua identificação entre o anarquismo bakuninista e o republicanismo federalista de Francisco Pi y Margall, e não te perdôo ter escrito que “na Rússia não foi Lênin o verdadeiro construtor da Rússia, senão Stálin, espírito realizador”, etc., etc. tenho aplaudido a resposta de Volin publicada em *Terre libre* sobre tua inexata afirmação sobre o movimento anarquista ruso. Mas não é de tudo isto que quero hoje te falar. Sobre aquelas, e outras muitas coisas nossas, espero um dia ou outro ter ocasião de discuti-las pessoalmente contigo. Se me dirijo a ti em público é por assuntos infinitamente mais graves, para te reclamar enormes responsabilidades das quais poderia que tu não sejas consciente dada tua modéstia.

Em teu discurso de 3 de janeiro dizias:

“Os anarquistas tem entrado no governo para impedir que a revolução se desviasse e para continuá-la mais além da guerra, e também para se opor a toda eventual tentativa ditatorial, seja qual seja.”

E bem companheira, em abril, depois de três meses de experiência colaboracionista, estamos em uma situação na qual sucedem graves fatos e se anunciam outros piores.

Ali onde - como em Vasconia, Levante e Castilla-, o nosso movimento é impotente em *forças de base*, isto é que não tem criado sindicatos vastos e uma preponderante adesão das massas, a contra-revolução oprime e ameaça esmagar tudo. O governo está em Valência, e dali partiram guardas de assalto destinados a desarmar os núcleos revolucionários de defesa. Se recorda de Casas Viejas, pensando em Vilanesa. São da Guarda Civil e da Guarda de assalto os que conservam as armas, e é aqui na retaguarda que devem *controlar* os “incontroláveis”, que ousam desarmar de alguns fuzis e revólveres os núcleos revolucionários. Entretanto a frente interna não é eliminada. Isto se produz em uma guerra civil na qual todas as surpresas são possíveis, e em uma região na qual a frente está bem próxima, é muito irregular em seu traçado e não é *matematicamente seguro*. Isto, enquanto que aparece clara a distribuição *política* das armas, que tende a armar só na medida do “estritamente necessário”. Estritamente necessário, esperamos que se arme a frente de Aragón, escolta armada das coletivizações agrárias e contraforte do Conselho de Aragón e da Catalunha, a Ucrânia ibérica.

Tú estás em um governo que tem oferecido a França e Inglaterra vantagens em Marrocos, enquanto desde julho de 1936 seria necessário proclamar oficialmente a autonomia política marroquina. O que pensas, como anarquista, deste assunto ignóbil e ademais estúpido, eu imagino, mas entendo que tem chegado a hora de fazer saber que tu, e contigo os outros anarquistas, não concorda com a natureza e o teor de tais propostas.

Em 24 de outubro de 1936 eu escrevia em *Guerra di classe*:

“A base de operações do exército fascista é Marrocos. Corresponde intensificar a propaganda a favor da autonomia marroquina sobretudo o setor de influência pan-islâmica. É necessário impor ao governo de Madri declarações inequívocas de sua vontade de abandonar Marrocos, assim como proteger a autonomia marroquina. A França vê com preocupação a possibilidade de repercussões insurrecionais na África Setentrional e na Síria e a Inglaterra vê reforçada a agitação autônômica egípcia e dos árabes da Palestina. Corresponde aproveitar tais preocupações, com uma política que ameace desencadear a revolta

do mundo islâmico.”

“Para tal política é necessário investir dinheiro e urge enviar emissários agitadores e organizadores a todos os centros da emigração árabe e em todas as zonas da fronteira do Marrocos francês. Nas frentes de Aragão, do Centro, Asturias e Andaluzia, bastarão alguns marroquinos com funções de propagandistas, dispondo de rádio, impressos, etc.”

É evidente que não se pode garantir os interesses dos ingleses e franceses no Marrocos, e ao mesmo tempo fazer obra insurreccional. Valência continua a política de Madri. É necessário que isto mude. É necessário, para mudar, dizer clara e fortemente todo nosso pensamento, porque em Valência atuam influências tendentes a pactar com Franco.

Jean Zyromsky escreve em *Le Populaire* de 3 de março:

“Estas manobras são visíveis e tendem a conclusão de uma paz que, na realidade, significaria não somente deter a revolução espanhola, mas incluso anular as conquistas sociais já realizadas.”

Nem Largo Caballero nem Franco, tal seria a fórmula que expressaria sumariamente uma concepção que existe, e eu não estou seguro de que ela não tenha o beneplácito de certos meios políticos, diplomáticos e inclusive governamentais na Inglaterra, e também na França.

Estas influências, estas manobras, explicam vários pontos obscuros, como por exemplo: a inatividade da marinha de guerra leal. A concentração das forças provenientes do Marrocos, a pirataria de “Canarias” e de “Balears”; a tomada de Málaga, não são senão as consequências. E a guerra não tem terminado! Se Indalecio Prieto é incapaz e indolente, por que tolerá-lo? Se Prieto está ligado a uma política que paraliza a marinha, por que não denunciar essa política?

Vocês ministros anarquistas, dão discursos eloquentes e escrevem brilhantes artigos, mas não é com discursos e artigos que se vence na guerra e se defende a revolução. Aquela se vence e esta se defende permitindo a passagem da defensiva à ofensiva. A estratégia de posições não pode se eternizar. O problema não se resolve lançando consignas como: mobilização geral, armas para a frente, mando único, exército popular, etc. O problema se resolve realizando imediatamente o que pode se realizar.

Segundo “La Dépêche” de Toulouse do 17 de janeiro:

“A grande preocupação do Ministério do Interior é restabelecer a autoridade do Estado sobre os grupos e sobre os incontroláveis de todas as tendências”.

É evidente que, ainda que se comprometeram durante meses a buscar o aniquilamento dos “incontroláveis”, não se pode resolver o problema de eliminar

a quinta coluna. A eliminação da frente interna tem por prévia condição uma atividade de investigação e de repressão que não pode ser cumprida senão por revolucionários experimentados. Uma política interna de colaboracionismo entre as classes e de adulação das classes médias, conduz inevitavelmente a tolerância com os elementos politicamente equívocos. A Quinta Coluna está constituída, não só por elementos pertencentes a formações fascistas, mas ademais por todos os descontentes que aspiram a uma república moderada. São estes últimos elementos os que se aproveitam da tolerância dos caçadores de “incontroláveis”.

A eliminação da frente interna tem por condição prévia, uma atividade ampla e radical dos comitês de defesa constituídos pela CNT e a UGT.

Nós assistimos a penetração nos quadros dirigentes do exército popular de elementos equívocos, não garantidos por nenhuma organização política ou sindical. Os comitês e os delegados políticos das milícias exerciam um controle saudável. Hoje está debilitado pelo predomínio de sistemas centralizados de nomeamentos e promoções, que se convertem estritamente em militares.

É necessário reforçar a autoridade destes comitês e destes delegados. Assistimos ao fato novo, e que pode ter consequências desastrosas, que batalhões inteiros estão mandados por oficiais que não desfrutam da estima e do afeto dos milicianos. Este fato é grave porque a maioria dos combatentes espanhóis vale na batalha em proporção a confiança que tem em seu próprio comandante. É necessário portanto restabelecer a elegibilidade direta e o direito de destituição pela base.

Poderia continuar sobre esse tema.

Gravíssimo erro tem sido aceitar fórmulas autoritárias, não porque foram tais, mas porque nos levam a erros enormes e a fins políticos que nada tem a ver com as necessidades da guerra.

Tenho tido ocasião de falar com altos oficiais italianos, franceses e belgas, e tenho constatado que eles tem, da necessidade *real* da disciplina, uma concepção muito mais moderna e racional da que certos neo-generais pretendem realista.

Creio que é hora de constituir o exército confederal, como o Partido Comunista tem constituído seu corpo próprio: o Quinto Regimento das milícias populares. Creio que é hora de resolver o problema do *mando único*, realizando uma efetiva *unidade do mando* que permita passar a ofensiva na frente aragonêsa. Creio que tem chegado a hora de terminar com o escândalo de milhares de guardas civis e de guardas de assalto, que não vão à frente, porque se dedicam a controlar os “incontroláveis”. Creio que tem chegado a hora de criar uma séria indústria de guerra. E creio que é hora de terminar com certas curiosidades, tão flagrantes como as do repouso dominical e a de certos “direitos operários” sabotadores da

defesa da revolução. É necessário, ante tudo, manter elevado o espírito dos combatentes. Luigi Bertoni, se fazendo intérprete dos sentimentos expressos por vários companheiros italianos combatentes na frente de Huesca, escrevia não faz muito:

“A guerra da Espanha despojada de toda fé nova, de toda idéia de transformação social, de toda grandeza revolucionária, de todo sentido universal, não é mais que uma vulgar guerra de independência nacional, que é necessário afrontar para evitar o extermínio que a plutocracia mundial se propõe.

Fica a terrível questão de vida ou morte, mas não é mais uma guerra de afirmação de um novo regime ou de uma nova humanidade. Se diria que nem tudo está todavia perdido, mas na realidade está tudo ameaçado e comprometido e os nossos tem uma linguagem de renunciadores, o mesmo que tinha o socialismo italiano ante o avanço do fascismo:

“Cuidado com as provocações!”, “Calma e serenidade!”, “Ordem e disciplina!” Todas as coisas que praticamente se resumem em: deixar fazer. E como na Itália o fascismo terminou por triunfar, na Espanha o antisocialismo, com vestimentas republicanas, não poderá menos que vencer, a menos que acontecimentos que escapam a nossas previsões se produza. Es inútil agregar o que nós constatamos, sem condenar os nossos, cuja conduta não sabemos dizer como poderia ter uma alternativa diferente e eficaz, enquanto que a pressão ítalo-alemã cresce na frente e a bolchevização na retaguarda.”

Eu não tenho a modéstia de Luigi Bertoni. Tenho a presunção de afirmar que os anarquistas espanhóis poderiam ter uma linha política diferente da que prevalece, e pretendo aconselhar algumas linhas gerais de conduta, atento as experiências das grandes revoluções recentes e ao que leio na própria imprensa libertária espanhola.

Creio que tu deves se colocar o problema de saber onde defendes melhor a Revolução, se aportas uma maior contribuição à luta contra o fascismo, participando no governo, ou se não seria infinitamente mais útil levando a chama de tua magnífica palavra entre os combatentes e na retaguarda.

Tem chegado a hora de esclarecer incluso a significação unitária que pode ter vossa participação no governo. É necessário falar com as massas, e chamá-las a julgar se tinha razão Marcel Cachin, quando declara (*L'Humanité*, 23 de março): “Os responsáveis anarquistas multiplicam seus esforços unitários e suas chamadas são escutadas de forma crescente”; ou se tem razão *Pravda* e *Izvestia*, quando caluniam os anarquistas espanhóis tratando-lhes por sabotadores da unidade. Chamar também as massas para julgar a cumplicidade moral e política do silêncio da imprensa anarquista espanhola sobre os delitos ditatoriais de Stálin, das

perseguições contra os anarquistas russos, e nos monstruosos processos contra a oposição leninista e trotskista, silêncio recompensado e com mérito pelas difamações de *Izvestia* contra *Solidaridad Obrera* de Barcelona.

Chamar as massas a julgar se certas manobras de sabotagem ao abastecimento na entram no plano anunciado em 17 de dezembro de 1936 no *Pravda*:

“E quanto a Catalunha, tem começado a limpeza de elementos trotskistas e anarcosindicalistas, obra que será levada com a mesma energia com que tem sido levada na URSS.”

É hora de dar conta se os anarquistas estão no governo para se fazer de vestais de um fogo, quase extinto, ou bem se estão para servir de gorro frigio a políticastro que flertam com o inimigo, ou com as forças da restauração da “República de todas as classes”. O problema se coloca com a evidência de uma crise que sobrepassa os atores representativos que hoje ocupam o cenário.

O dilema: guerra ou revolução, já não tem sentido. *O único dilema é este: ou a vitória sobre Franco graças a guerra revolucionária, ou a derrota.*

O problema para ti, e para os outros companheiros, é o de escolher entre a Versalles de Thiers ou a Paris da Comuna, antes de que Thiers e Bismark façam a *união sagrada*.

A ti toca responder, porque tu és “a luz escondida”.

Fraternalmente

Camillo Berneri

14 de abril de 1937.

Editorial do periódico Guerra di classe.

O CRETINISMO ANARQUISTA.

Ainda que choque associar as duas palavras, tenho que reconhecer que existe um cretinismo anarquista. São seus expoentes não só cretinos que não têm compreendido nada da anarquia e do anarquismo, mas também companheiros autênticos que tem se enredado nele não por miséria de substância parda, mas por certas extravagâncias de conformação cerebral. Estes cretinos do anarquismo tem a fobia do voto ainda que se trate de aprovar ou desaprovar uma decisão estritamente ligada com as coisas de nosso movimento, tem a fobia do presidente de assembléia ainda que tenha se feito necessário pelo mal funcionamento dos freios inibitórios dos indivíduos livres que dessa assembléia constituem a vociferante maioria, e tem outras fobias que mereceriam um longo discurso, se este tema não fosse demasiado candente de humilhação. O problema da estruturação espiritual da questão social não tem sido colocado e estudado o suficiente. Quando em uma reunião me encontro com alguém que quer fumar ainda que o ambiente seja estreito e sem ventilação, desinteressando-se das companheiras presentes ou dos doentes de bronquios que parecem presa de uma tosse canina, e quando este indivíduo responde as observações, ainda cordiais, reivindicando a “liberdade do eu”, pois bem, eu que sou fumante e por acréscimo algo tolstoiano no caráter, queria ter os músculos de um boxeador negro pra fazer sair voando do local o único em questão, ou a paciência de Job para lhe explicar que é um cretino grosseiro. Se a liberdade anarquista é a liberdade que não viola a dos demais, falar duas horas seguidas para dizer bobagens constitui uma violação da liberdade do público de não perder tempo e se chatear mortalmente. Em nossas reuniões, teria que se estabelecer a regra da condicional liberdade de palavra: renovável a cada dez minutos. Em dez minutos, a não ser que não queiram se explicar as relações entre as manchas solares e a necessidade dos sindicatos, ou

as existentes entre a moral haeckeliana e a filosofia de Max Stirner, se pode, se não se deseja fazer gala de erudição ou de eloquência, expor a própria opinião sobre uma questão relativa ao movimento quando esta questão não seja de... importância capital. O mal é que muitos querem buscar as muitas, numerosas, variadas, múltiplas, inumeráveis razões, como dizia um destes oradores de longa metragem, em vez de buscar e expor as poucas e compreensíveis razões que encontra e sabe comunicar qualquer um que tenha o costume de pensar antes de falar. Desgraçadamente sucede que são necessárias reuniões de horas e horas pra resolver questão que com um pouco de reflexão e simplicidade de espírito se resolveriam em meia hora. E se alguém propõe, extremo remédio da babel vociferante, um presidente, nesse regulador da reunião que todavia tem menos autoridade que um árbitro em uma partida de futebol, certos vestais da Anarquia veem... um *duce*. Para quem este discurso? Os companheiros da região parisiense que tem afrontado recentemente o gasto e a fadiga de ir a uma reunião, de localidades distantes, para assistir o espetáculo de gente que gritava contemporaneamente entrecruzando diálogos que se convertiam em monólogos pela confusão imperante e delirante, regressando cabisbaixos a suas casas estavam de acordo em pensar que a jaula dos papagaios do zoológico de Paris é um espetáculo muito mais interessante. Quando uns anarquistas não conseguem organizar um problema menos difícil que a quadratura do círculo, nem expor por turno seu pensamento, um regulador se faz indispensável. Isto é o que eu chamo autocrítica. E vai dirigida a todos aqueles que fazem que seja necessário um regulador de reuniões anarquistas. Coisa todavia mais cômica do que pensam quem se escandaliza dela. Muito cômica e muito grave. E grave porque, muitas vezes, se volta necessária precisamente onde deveria ser supérflua.

L'Adunata dei Refrattari, Nova Iorque 12.10.1935.

SOVIETISMO, ANARQUISMO E ANARQUIA

O companheiro Max Sartin se declara taxantemente contrário ao soviétismo. O soviét é definido por ele como “a organização política do proletariado autêntico e não autêntico”, “um órgão eletivo com poder legislativo”; ou seja, é condenado por ele como *poder político* e como *poder legislativo*. O soviétismo obstaculizaria o processo nivelador da revolução social “ao cristalizar em formas políticas essa divisão da sociedade em classes” que é função da revolução suprimir; “seria uma barreira para as realizações anarquistas ao instituir, local e nacionalmente, um poder político do que é consequência lógica e inevitável o Estado”.

M.S., como revela todo seu artigo, tem em mente a origem e a decadência do soviétismo russo. Mas confunde o soviétismo tal como foi na Rússia e como poderia ter sido ou ser amanhã, na Itália, com a concepção de soviétismo, integral síntese não só da respeitável mas genérica e amiúde perigosa vontade popular, mas também das minorias revolucionárias que no seio dos movimentos de massas reúnem, coordenam e potencializam as tendências mais avançadas, tanto no campo das realizações socialmente iguais como no das relações politicamente democráticas.

Se o soviétismo pode conter *in nuce* as tendências à cristalização estatal, assumindo desde seus começos a natureza de um sistema essencialmente político, ou seja, legislativo, policial, burocrático, etc., o soviétismo é por natureza a imediata e inevitável expressão da necessidade das massas de se apropriar de um sistema de coordenações capaz de garantir e, de ser possível, aumentar e melhorar o teor de vida, a defesa das posições conquistadas, a substituição dos órgãos e as funções que respondem as necessidades gerais.

Que na originária natureza popular, genuinamente revolucionária do soviétismo se infiltrem bem logo, contaminando-lhe, a demagogia autoritária e as

tendências estadólatras e se espessem as trevas para as maiorias ao criar seus líderes deixando em suas mãos tarefas das que deveriam se ocupar zelosamente, isto é história, e o único que podemos fazer é nos propor conservar para o soviétismo tudo quanto nele há de autonomia, de anti-Estado, *extra legem*, intentando que o sistema seja sã nas raízes e firme em seus desenvolvimentos ulteriores.

Assim como aceitamos, valorizando, a iniciativa popular em suas manifestações insurrecionais e expropriadoras, ainda sabendo que erros e horrores não faltaram nem faltarão, não podemos deixar de aceitar a iniciativa popular em suas manifestações reconstrutoras.

Os problemas da revolução são o que são, resolúveis no quadro de uma maturidade política e moral, de um conjunto dado de fatores econômicos objetivos e que impõem soluções não só imediatas, senão gerais. Um organismo como o Estado atual pode ser demolido, mas a seu esqueleto responde todo um sistema de músculos e nervos que são os serviços públicos. Estes devem ser organizados e, sendo, tanto por sua natureza funcional como pela organização que lhes tem outorgado a necessidade centralizadora do estado, organismos eminentemente nacionais, por cima do povo, da cidade e da região, deverá pulsar um sistema de centros diretivos que na vida de uma nação são o que na vida orgânica dos animais superiores são o cérebro, o coração, os gânglios nervosos.

As sociedades primitivas, as cidades da época dos Comuns, a aldeia camponesa, a cidade de províncias da Espanha, podem realizar formas mais ou menos integrais do anarquismo solidarista, extra-judicial a-estatal caro a Kropotkin, mas a metrópole de hoje e a nação que tem um ritmo de vida internacional devem se apressar para soldar as fraturas produzidas pela fase insurrecional para que a vida não se detenha; como o cirurgião que deve ter pressa para passar do bisturi a agulha quando se dá conta de que o ritmo do coração do paciente está mais lento.

O revolucionário atual deve ser *guerreiro e produtor*, deve ser *o sublevado e o cidadão*. E por cidadão entendo o homem que, não perdendo de vista a cidade ideal que resplandece, no alto, mais além do presente, sabe que o rangido das metralhadoras e o zunido dos aviões, o relâmpago das revoltas e a fumaça das chaminés estão, hoje, no mesmo quadro e no mesmo plano.

O soviétismo é repugnado pela anarquia, tu dizes, querido M.S. De acordo. Mas tudo o que todavia não é a anarquia é repugnado por ela, que é o ponto de chegada. O anarquismo é o viajante que vai pelas ruas da história e luta com os homens como são e constrói com as pedras que lhe proporciona sua época.

Ele se detém para encostar-se na sombra envenenada, para apagar sua sede na fonte insidiosa. Sabe que o destino, sua missão, é reemprender o caminho

indicando novas metas. Mas quando o povo em revolta faz dos escombros do Estado material para construir o livre Comum, e contra o Banco e o Consórcio patronal erige o Sindicato e na palestra do Conselho se treina para administrar, o anarquista compreende que na história se atua sabendo ser povo na medida em que se permite ser compreendido e obrar, indicando metas imediatas, interpretando reais e gerais necessidades, respondendo a sentimentos vivos e comuns.

Taxantemente contrários ao soviétismo, nós? Nós, que nas autonomias locais teríamos a melhor trincheira para cortar passagem ao Estado? Nós, que não podemos sonhar em ver realizada a anarquia senão depois da mais longa e profunda experiência de auto-democracia, no campo da administração cooperativa e comunal?

O soviétismo leva consigo o perigo do estatismo. E ainda que assim fosse: não plantaremos mais maçãs porque muitas tem vermes? Cada coisa no mundo tem seu verme. Tudo está em saber tirá-lo. Se preocupar excessivamente pelas degenerações possíveis leva a um erro comum a muitos de nós: a negação absoluta.

A história é oposição e síntese. O anarquismo, se quer trabalhar na história e se converter em um grande fator de história, deve ter fé na anarquia como uma possibilidade social que se realiza em suas aproximações progressivas. A anarquia como sistema religioso (todo sistema ético é por natureza religioso) é uma “verdade” de fé, e por consequência, por sua natureza, é evidente só para quem quer vê-la. O anarquismo é mais vivo, mais vasto, mais dinâmico. É um compromisso entre a idéia e o fato, entre o amanhã e o hoje. O anarquismo procede de forma polimorfa porque é na vida. E seus desvios mesmos são a busca de uma rota melhor.

Entre M.S. que tira a banheira com a criança dentro e V. de *Guerra di Classe* que exalta o soviétismo como o *non plus ultra* do anarquismo há um termo médio, que me parece o melhor. E é o que intento indicar nesta conclusão, que tomara ajude a evitar equívocos sobre tudo que tenho dito até aqui. O soviétismo é o sistema de auto-administração popular e responde as necessidades fundamentais da população, que tem ficado sem os órgãos administrativos estatais. Este sistema pode permitir a recuperação da vida econômica comprometida pelo caos insurrecional, e pode servir de base para a formação de uma nova ordem social, constituindo além do mais uma profíqua palestra de auto-administração que prepare o povo a sistemas de maior autonomia. É tarefa dos anarquistas dentro do soviétismo intentar conservar o caráter espontâneo do mesmo, autônomo e extra-estatal; intentar que seja um sistema essencialmente administrativo e não se converta em um organismo político, destinado, neste caso, a dar a luz um Estado centralizado e a ditadura do partido predominante; é sua tarefa lutar contra as

tendências burocráticas e policiais, intentando além do mais circunscrever sua ação legislativa aos regulamentos que respondem pela unidade geral.

Fica entendido que os anarquistas consideram o soviétismo como um sistema transitório e superável, e que não duvidarão em ir contra ele se o vêem degenerar em instrumento de ditadura e centralização.

M.S. deveria me explicar, para me convencer de que estou equivocado, qual sistema acha que pode desatar a revolução italiana e com quais linhas programáticas e táticas poderia atuar o anarquismo italiano no seio dessa revolução alcançando seus máximos objetivos possíveis: amplas autonomias locais e centralização circunscrita as necessidades de ordem nacional. Falo, naturalmente, só de objetivos políticos.

Polêmica com o diretor de L'Adunata dei Refrattari. 1932

ANARQUISMO E POLÍTICA.

Stefano d'Errico

Nenhum militante libertário tem ido tão adiante, tem superado tanto os esquemas visíveis e invisíveis do anarquismo histórico. Não há outros exemplos de uma tensão tão pontualmente dirigida ao pragmatismo, tão avançada no terreno da política aplicada e, ao mesmo tempo, tão irreverente e autocrítica. E precisamente por isso o aporte de Berneri reveste grande importância para o anarquismo.

Concretamente, “o anarquismo tem de ser vasto em suas concepções, audaz, não contentar-se nunca. Se quer viver, cumprindo sua missão de vanguarda, tem que se diferenciar e manter alta sua bandeira ainda que isto possa isolá-lo no estreito círculo dos seus”[1]. Um intento válido e necessário, ainda mais para a situação atual.

A quase vinte anos da queda do muro de Berlim e do tragicômico fim do socialismo “surreal”, a obra deste intelectual militante, único no panorama libertário “clássico” por suas posturas “apócrifas” e iluminantes a um só tempo, assume uma categoria universal que não é útil só para os anarquistas, mas para todos que por fim tem claro que a renovação da esquerda não pode ser mera reedificação de fachada, sob pena de desaparecer definitivamente do movimento conjunto de emancipação no cenário político. E é precisamente da “crise da política” de onde deriva a atualidade do pensamento de Camillo Berneri. Dessa solicitude forte, e cada vez menos eludível, de uma transformação da mistificação da delegação absoluta de poder em participação consciente e ativa, em desconcentração federalista e em democracia direta. Do impulso a inverter o *incipit* fundamental da organização humana, no passo a dar nos modos da representação

– por dizê-lo com palavras de Berneri – do “são governados” ao “se governam”[2]. Em poucas palavras, da necessidade de uma reconversão ética da política.

Ainda que a coisa emerge com dificuldade, o rechaço da autonomia da política cada vez é mais nítido e instintivo: o fim não justifica os meios, senão que são estes os que determinam automaticamente os resultados da política. É um conceito que os anarquistas tem repetido sempre, e não se trata por suposto de uma “religião” da ética; simplesmente, uma sociedade acostumada ao domínio se verá impossibilitada na hora de desenvolver os germes da autogestão. Contudo e com isso, a esquerda, a começar pelo componente marxista – e precisamente por estar condicionada pelo “Maquiavel do socialismo” – tem feito sempre ouvidos surdos. Assistimos ainda o Sísifo do socialismo autoritário recorrendo obcecadamente uma e outra vez os mesmos caminhos, apesar de que a história haja demonstrado de sobra que toda forma explícita de ditadura é funcional tão somente para reproduzir a servidão econômica e moral.

Mas também temos chegado a mutação genética: temos visto os pós-comunistas atravessar o vau do autoritarismo bolchevique ao neo-darwinismo social em estilo liberalesco, fazendo enquadrar o regresso à farsa de uma democracia formal e declaradamente desigual sobre o aspecto econômico. Não é de estranhar, a coisa tem sua linearidade. O instrumento-guia desta transição, o que emparelha tais sistemas, é a razão de estado: “A fórmula leninista ‘os marxistas querem preparar o proletariado para a revolução tirando proveito do Estado moderno’ se encontra tanto nas bases do jacobinismo leninista como nas do parlamentarismo e do ministerialismo social-reformista”[3].

Não obstante existe no mundo uma demanda de anarquismo – mais ou menos consciente – a que não corresponde uma “oferta” adequada. Já faz tempo que o que fica do movimento libertário não consegue se centrar em si mesmo por causa da marginalização induzida por um doutrinarismo ossificado. Berneri persegue, “fuça” e desvela, caso por caso e tema por tema, essa espécie de coação a se repetir que no final tem feito quase impotente um movimento que contenha pelo contrário os “anticorpos” práticos e ideais mais adequados (e sem dúvida os mais drásticos) produzidos ao longo do tempo pela humanidade para contrastar o domínio em todas suas formas. Seu romantismo foi só um sentimento guardado para dentro, como sucedera durante o isolamento de seu confinamento em Pianosa, primeira, breve etapa (italiana) de uma vida forçosamente vagabunda mais além das fronteiras, carregada de expulsões e reclusões: “Minha alma é a do homem que, em uma noite de maio, quando as ruas estão escuras e solitárias e cheias de poesia, caminha só e sente gravar sobre ele todo o peso da solidão. Assim vou eu alameda acima, enquanto as estrelas sorriem no alto dos céus às flores dos pequenos

jardins cercados e o ar marinho se mescla com o cheiroso ar islenho, trazendo uma carícia suave e fresca ao rosto enfebrecido, trazendo à alma sedenta um sorvo de poesia [...]”[4].

A verdade seja dita, na política Berneri concedeu bem pouco ao romantismo: “O romântico ama os tempos remotos porque pode moldurá-los. O novo lhe escapa e dá medo. Assim, o romântico ama os heróis porque pode idealizá-los a seu capricho”[5]. O romantismo vive em uma contradição ineludível com o anarquismo, porque é historicista: “O romantismo é a estatuaría da literatura, a historiografia e a filosofia da história. O romantismo confunde facilmente a grandeza com a fama, o heroísmo com o êxito. É historicista”[6]. Finalmente, o sinal tradicional e distintivo do romantismo “clássico” se inclina perigosamente para a direita: “E o romantismo reacionário aceitou o padre e elogiou o verdugo: porque voltavam a levar o pobrezinho detrás dos bastidores da história. O povo faz demasiada bagunça e subleva o espírito. [...] O romantismo era mais contemplação que ação, mais molice que vontade, mais egoísmo que generosidade. E seu sonho foi o reacionário”[7].

Já em 1926 escreve: “os melhores dos nossos, de Malatesta a Fabri, não conseguem resolver os interrogantes que nos formulamos, oferecendo soluções que sejam políticas. A política é cálculo e criação de forças realizadoras de uma aproximação da realidade ao sistema ideal mediante fórmulas de agitação, polarização e sistematização aptas para ser agitantes, polarizantes e sistematizantes em um dado momento social e político. Um anarquismo atualista, consciente de suas próprias forças de combatividade e construção e das forças adversas, romântico com o coração e realista com o cérebro, cheio de entusiasmo e capaz de refletir, generoso e hábil na hora de condicionar seu apoio, capaz, em suma, de economizar com suas próprias forças: tem aqui meu sonho. E espero não estar só”[8].

Mas pode se equivocar quem pense Berneri simplesmente como um “desacralizador” da tradição anarquista. Seu enfoque é em todo caso contrário e inverso e denota o empenho consciente em trabalhar um *screening* entre o que nela subjaz vivo, vital e “imortal” e o que, pelo contrário, enquanto elemento secundário, conjuntural e tático, ascendeu impropriamente – por um jogo “inercial” – à categoria de princípio. Para ele os princípios não excluem a política; se é o caso são aqueles que negam a política os que confundem os elementos táticos com as questões de princípio. Berneri quer “um anarquismo idealista e a sua vez realista, um anarquismo, em suma, que inxerta verdades novas no tronco de suas verdades fundamentais sabendo podar seus velhos ramos. Não obra de fácil demolição, de ‘nulismo’ hipercrítico, senão renovação que enriquece o patrimônio

original”[9]. De acordo com isso considerou necessário pugnar com os “tabús” dos doutrinários, a fobia e o ideologismo da “degeneração”: “[...] e não plantaremos mais macieiras porque muitas maçãs tem verme? Cada coisa que há no mundo tem seu verme. Tudo está em saber tirá-lo. Preocupar-se excessivamente pelas degenerações possíveis leva a um erro comum a muitos de nós: a negação absoluta”[10].

“A generalização negativa é um arbítrio lógico”[11].

A tarefa que se impôs conscientemente foi a de derrubar as construções incertas edificadas sob a influência de práticas “rituais”. Por isso a leitura de Berneri é mais que propedêutica para a renovação de um anarquismo capaz de atuar em todo campo, orgulhoso de suas raízes e elevadamente “competitivo” a respeito de seus adversários, “conservadores” ou “progressistas”. Isto é possível porque Berneri trabalha ao mesmo tempo em uma nova epistemologia anarquista, com o fim de que a ação e o pensamento libertários sejam restituídos a sua dimensão natural, por um anarquismo disposto em todo momento a se pôr em tela de juízo, nunca fechado à verificação da práxis, aberto a previsão e a revisão. Capaz, pois, de responder aos desafios, de reinventar-se e, sobre tudo, de expressar capacidade de projeto. A antipatia com o programa não deveria contrapor os revolucionários, posto que, pelo contrário, é típica de quem realmente não quer mudar o estado das coisas: “O gradualismo do socialismo legalista e tendente a estadolatria’ é paralelo a antipatia, evidentíssima em Kautsky, com qualquer plano de reconstrução econômica em sentido socialista. Que a engrenagem social seja tão complicada como para que nenhum pensador possa indagar todos os males e prevenir todas suas possibilidades, é evidente; mas se o devir social, somando e elidindo as forças em infinitos e variados modos não consente projetos completos nem previsões definitivas, isso não suprime a necessidade do socialista de se apoiar em um programa prático, de igual maneira que ao científico resulta necessária a luz de uma hipótese”[12].

Berneri rechaça e luta contra o *diktat* ideológico que proíbe aos anarquistas a elaboração de um projeto e lhes impede de atuar também em âmbito tático: “Meio: a agitação sobre bases realistas, com a enunciação de programas mínimos”[13]. Claro que não se trata de um mero afã projetivo, “Mas é preciso distinguir: tem programas que parecem querer dar a síntese do amanhã histórico como cálculo determinista do que será esse amanhã, e são denominados programas realistas quando não são mais que deterministas; enquanto que tem programas que, ainda calculando em grandes linhas o jogo das forças estáticas e as dinâmicas, não esquecem que a probabilidade de certas resultantes é tanto mais alta quanto mais a vontade de renovação tem forçado os limites progressivos”[14].

O lodiano (Berneri é nascido na província italiana de Lodi – N.T.), antes de nada, afirma a necessidade de conquistar para o movimento libertário uma atitude política capaz de afirmar a alteridade dos princípios éticos sem se subtrair da realidade; capaz de dar frutos imediatos sem se desviar do caminho da libertação e conjugando utopia e história: “O anarquismo é o viajante que vai pelos caminhos da história, e luta com os homens tais como são e constrói com as pedras que lhe proporciona sua época”[15].

A coisa é fundamental, visto que a ausência de um programa condena o anarquismo a atuar de reboque as condições determinadas pelos acontecimentos e, sobre tudo, como “último da fila” dos movimentos políticos: sem um projeto, em vez de independência se mostra vassalagem.

Berneri nunca foi um maximalista: “Segundo meu entender, não exercer um direito porque é concedido pelo Estado, não criar uma situação melhor que a atual porque se desejaria uma melhor que a obtível, equivale a fossilizar nossa ação política”[16]. E muito menos fator em política da demagogia do “mais um”: “Pelo afã de estar mais a esquerda que todos não devemos fazer corrente com o Partido Comunista em seus erros extremistas; não só por nosso princípio de não querer impor o comunismo, mas porque enquanto isso o Partido Comunista, dando marcha atrás no terreno econômico, se serviria de nossa colaboração insurrecional e expropriadora para construir e fortificar sua ditadura”[17]. Berneri indicou cumpridamente a diferença – não só tática – entre gradualismo intransigente e reformismo concertador: “Assim como há um extremismo ingênuo, há um possibilismo ingênuo. Tudo consiste em não ser possibilistas ou extremistas, mas revolucionários inteligentes”[18]. Na esquerda, o erro está no estatismo marxista, verdadeira forma de revisionismo negativo tendente ao compromisso na socialdemocracia e, no leninismo, a reedificação autoritária – e por isso social e moralmente iníquo: “O híbrido conúbio do revolucionarismo apocalíptico e gradualismo determinista que existia em Marx se perpetuou na socialdemocracia. Do primeiro derivou descuidar os problemas da economia de transição; do segundo o reformismo”[19].

O lodiano não se estancou desde cedo em vagas proclamações “milenaristas” relativas a automáticas “palingenias sociais”, senão que indagou sobre a diversidade estrutural que media entre as instituições próprias da sociedade civil e as categorias impostas pelo estado, figurando-se utilizar o contraste como alavanca entre as primeiras e as segundas em prol de uma estratégia de libertação e reconstrução revolucionária. Para ele a anarquia “não é simplesmente o não-Estado mas um sistema político a-estatal; ou seja um conjunto de autonomias federadas”[20]. E “Um organismo como o Estado atual pode ser derrubado, mas

de seu esqueleto acusa recibo todo esse sistema de músculos e nervos que são os serviços públicos. Estes devem ser organizados e sendo, tanto por sua natureza funcional como pela organização que lhes tem dado a necessidade centralizadora do Estado, organismos eminentemente nacionais por cima do povo, da cidade, da região, deverá pulsar um sistema de centros diretivos que na vida de uma nação são o que na vida orgânica dos animais superiores são o cérebro, o coração, os gânglios nervosos. As sociedades primitivas, as cidades da época dos Comuns, a aldeia camponesa, a cidade de províncias da Espanha, podem realizar formas mais ou menos integrais desse anarquismo solidarista, extra-jurídico a-estatal caro a Kropotkin, mas a metrópole de hoje e a nação que tem um ritmo de vida econômica internacional devem se aferrar a soldar as fraturas produzidas pela fase insurrecional, para que a vida não se detenha; como o cirurgião que deve se aferrar a passar do bisturi à agulha quando se dá conta de que o ritmo do coração do paciente vai parando” [21].

NOTAS DO AUTOR:

[1] C. Berneri, “Anarchismo e federalismo. Il Pensiero di Camillo Berneri”, de Pagine libertarie, Milano 20.11.1922. Hoy en P. C. Masini, A. Sorti, Pietrogrado 1917 Barcellona 1937. Scritti scelti di Camillo Berneri, Ed. Sugar, Varese 1964

[2] C. Berneri, La concezione anarchica dello Stato, inédito inacabado de 1926, conservado no Archivo de la Familia Berneri – Aurelio Chessa (ABC), Reggio Emilia, publicado pela primeira vez por Pietro Adamo, Anarchia e società aperta, M&B Publishing, Milano 2001.

[3] C. Berneri, “La dittatura del proletariato e il socialismo di Stato”, de Guerra di Classe, Barcelona 5.11.1936. Hoy en P. C. Masini, A. Sorti, Pietrogrado 1917..., ob. cit.

[4] Citado por Gianni Furlotti, “Le radici e gli ideali educativi dell’infanzia di Camillo Berneri”, em Memoria antologica. Saggi critici e appunti biografici in ricordo di Camillo Berneri, Ed. Archivio Famiglia Berneri, Pistoia 1986.

[5] C. Berneri, Carlyle. Hoje em Interpretazione dei contemporanei, Ed. RL, Pistoia 1986.

[6] *Ibid.*

[7] C. Berneri, “Il romanticismo sanfedista”, de Pensiero e volontà, Roma, 15.6.1924.

[8] C. Berneri, Per un programma di azione comunalista, manuscrito de 1926 que permaneceu inédito até 1964. Hoje em P. C. Masini, A. Sorti, Pietrogrado 1917..., ob. cit.

[9] C. Berneri, “Anarchismo e federalismo. Il pensiero di Camillo Berneri”, cit.

[10] C. Berneri, “Sovietismo, anarchismo e anarchia”, de L’Adunata dei Refrattari, New York 15.10.1932. Hoje em P. C. Masini, A. Sorti, Pietrogrado 1917..., ob. cit., aqui publicado com o título “Il Soviet e l’Anarchia”.

[11] C. Berneri, “La concezione anarchica dello Stato”, cit.

[12] C. Berneri, “La socializzazione”, de Pensiero e Volontà, Roma 1.9.1924. Hoje em P. C. Masini, A. Sorti, Pietrogrado 1917..., ob. cit.

[13] C. Berneri, Per un programma d’azione comunalista, ob. cit.

[14] C. Berneri, “Come vedo il movimento giellista”, de L’Adunata dei Refrattari, N. Y. 4.4.1936. Hoje em P. Adamo, Anarchia e società aperta, ob. cit.

[15] C. Berneri, “Sovietismo, anarchismo e anarchia”, cit.

[16] C. Berneri, “Per finire”, en *Compiti nuovi dell’anarchismo*, en *L’impulso*, Livorno 1955, aparecido junto com intervenções de outros sob o título comum “Revisionismo elettorale nell’anarchismo” en *L’Adunata dei Refrattari*, New York 27.6.1936; depois em P. Adamo, *Anarchia e società aperta*, ob. cit.

[17] C. Berneri, “Città e campagne nella rivoluzione italiana”, de *Lotta umana*, Paris 8 y 22.3.1928. Hoje em P. C. Masini, A. Sorti, *Pietrogrado 1917...*, ob. cit.

[18] C. Berneri, “Come vedo il movimento giellista”, cit.

[19] C. Berneri, “La socializzazione”, cit.

[20] C. Berneri, “Come vedo il movimento giellista”, cit.

[21] C. Berneri, “Sovietismo, anarchismo e anarchia”, cit.

Introdução do trabalho:

*No problemismo e na crítica ao anarquismo do século XX,
o “programa mínimo” dos libertários do terceiro milênio.
Releitura antológica e biográfica de Camillo Berneri.*